



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**EDITAL DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2018
PROCESSO: 1.32.000.000068/2018-67**

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/COOPERATIVAS, COM MARGEM DE PREFERÊNCIA DE 10% (DEZ POR CENTO) EM ALGUNS ITENS PARA AS LICITANTES REGIONAIS. SE-
DIADAS NO ESTADO DE RORAIMA**

A **UNIÃO FEDERAL**, através da **Procuradoria da República no Estado de Roraima – PR/RR**, CNPJ nº 26.989.715/0027-41, situada na rua General Penha Brasil, 1255, Bairro São Francisco, Boa Vista-RR, e de seu Pregoeiro, designado pela Portaria PR-RR nº 037, de 30 de março de 2017, torna público a abertura de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com **CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES**, do tipo **MENOR PREÇO**, para **EXECUÇÃO INDIRETA**, em regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, em conformidade com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (Art. 15, II) – Prevê a utilização de Registro de Preços, Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 – Regulamenta o Pregão, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 – Institui o Pregão, Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005 – Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 – Regulamento do Sistema de Registro de Preços, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto das ME e EPP, Decreto 8.538, de 06 de outubro de 2015 – Regulamenta o tratamento favorecida às ME/EPP's e demais normas pertinentes e subordinado às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

I - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1.0 A abertura da sessão pública ocorrerá conforme abaixo:

Data: 04/04/2018 (Quarta-Feira)

Horário: 09h30 A.M. (horário de Brasília)

Horário: 08h30 A.M. (horário de Boa Vista/RR)

Local: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>

UASG: 380006

RETIRADA DESTE EDITAL – O download deste Edital está disponível gratuitamente na seguinte página da Internet: <http://www.mpf.mp.br/rr/transparencia/licitacoes/2018/pregao-eletronico/> e www.comprasgovernamentais.gov.br, ou poderá ser solicitado pelo e-mail prrr-cpl@mpf.mp.br ou, ainda, na sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA, situada no endereço citado no preâmbulo deste Edital, mediante a apresentação de mídia gravável (pen-drive, CD/DVD), para gravação do edital.

II – DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto o **registro de preços, com cadastro reserva de fornecedores, para aquisição eventual de bens de investimento e custeio de Tecnologia da informação (alicates, Access Point, pen driver, Headphone, cartucho/toner, cabos, extensão, adaptadores, baterias)**, conforme especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência, anexo deste Edital.

2.2 A licitação será dividida em itens, conforme **tópico 2. OBJETO** constante do Termo de Refe-

rência, Anexo I deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens que forem de seu interesse.

2.3 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, **prevalecerão as últimas.**

2.4 Em caso de discordância existente entre a data e os horários da Sessão Pública deste certame registrada no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e a data e os horários constante deste Edital na **Seção I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**, **prevalecerá a primeira.**

2.5 Em caso de entrada ou saída do horário de verão entre a data de lançamento do certamente e a data marcada para a realização da Sessão Pública deste certame, prevalecerá, para efeitos de abertura da sessão, o horário local de Boa Vista-RR, estabelecido na **Seção I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO.**

2.6 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência e seus anexos;

ANEXO II – Modelo de proposta;

ANEXO III – Declaração de Regularidade – Resolução CNMP N° 37/2009;

ANEXO IV – Minuta de contrato;

III – DO CREDENCIAMENTO

3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), no sítio: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>;

3.2 O credenciamento do licitante dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para sua habilitação. (Art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a este Pregão. (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005);

3.4 Os licitantes serão responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.5 As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) serão reconhecidas automaticamente pelo sistema, através da verificação do porte da empresa na Receita Federal.

3.6 Para obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, a licitante deverá, no ato de envio da proposta eletrônica, declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do artigo 3º da referida lei.

3.7 Nenhuma pessoa, mesmo que credenciada mediante procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (ME/EPP's), cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor

de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCU responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema/Pregoeiro ou de sua desconexão.

4.5 Não poderão participar deste Pregão:

- a) Fornecedor ou empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a PR-RR, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) Fornecedor ou empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) Fornecedor ou empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- d) Fornecedor em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução, liquidação, fusão, cisão ou incorporação;
- e) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- f) Sociedades estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;
- g) Consórcio de pessoas jurídicas, qualquer que seja sua forma de constituição; e
- h) empresário ou sociedade empresária cujo estatuto ou contrato social não inclua os objetos deste Pregão;

V – DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

5.1 O Pregoeiro e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, os trâmites e procedimentos estabelecidos nas alíneas abaixo:

- a) No horário estabelecido na **Seção I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO** – neste Edital, o Pregoeiro efetuará a abertura das propostas encaminhadas pelo sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br;
- b) Abertas as propostas, o Pregoeiro verificará a conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital;
- c) Será desclassificada a proposta que não atenda aos requisitos estabelecidos;
- d) Após a fase de classificação das propostas, os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
- e) Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

5.2 Após a etapa de lances, especificamente quanto aos itens indicados no **tópico 2. OBJETO** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, será concedida margem de preferência de 10% (dez por cento) sobre o melhor preço válido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPPs) **regionais**, nos termos do Art. 48, § 3º, da Lei 123/2006, Art. 9º, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1º, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.

5.2.1 Define-se **regionais** as ME/EPPs sediadas nos limites geográficos do Estado de Rorai-

ma, nos termos do Art. 1º, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.

5.3 Encerrada a fase de lances, especificamente quanto aos itens indicados no **tópico 2. OBJETO** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, será verificado a existência de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP's sediadas **regionalmente, nos termos do Art. 48, § 3º, da Lei 123/2006, Art. 9º, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1º, II, do Decreto nº 8.538/2015,** e será feita uma comparação entre os valores por elas ofertados e o da primeira colocada. Caso esta (a primeira colocada) não seja ME/EPP **regional:**

- a) será considerado empate quando uma ou mais ME/EPPs **regionais** apresentarem propostas com valores iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, ocasião em que a(s) ME/EPP(s) **regionais** terá(ão) a preferência do desempate na ordem de classificação;
- b) a ME/EPP **regional** mais bem classificada, na faixa dos 10% da proposta de menor preço, terá o direito de encaminhar uma última oferta, **no prazo de 10 (dez) minutos controlados pelo Pregoeiro**, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada para o desempate;
- c) para viabilizar tal procedimento, o Pregoeiro informará, por meio do chat, as empresas que estão dentro da faixa dos 10%. Após informar a relação das empresas, encaminhará mensagem, por meio do chat, convocando a ME/EPP com o menor valor, na faixa até 10% (dez por cento), a fazer sua última oferta, sob pena de decair do direito concedido;
- d) caso a ME/EPP com o menor valor, na faixa até 10% (dez por cento), desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Pregoeiro convocará as demais ME/EPPs participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito neste procedimento, o Pregoeiro disponibilizará a nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou não existindo ME/EPP participante nesta condição, prevalecerá a classificação inicial.
- e) não havendo ME/EPP **regionais** ou quando não for exercido o direito previsto no **item 5.3.b**, o Pregoeiro examinará a compatibilidade do menor preço ofertado com o valor estimado para a contratação. Não sendo aceito, o Pregoeiro, por intermédio do sistema eletrônico, encaminhará contraproposta objetivando a redução do preço ofertado;
- f) não sendo compatível o preço e havendo recusa de contraproposta, o Pregoeiro recusará a proposta e direcionará a contraproposta à licitante imediatamente classificada, assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável;

5.4 Encerrada a fase de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.5 Obtida uma proposta de preços julgada aceitável, o Pregoeiro consultará a base de dados do SICAF e outros meios legais para verificar o preenchimento dos requisitos habilitatórios fixados neste Edital.

5.6 Verificado o desatendimento pela licitante de qualquer dos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos termos deste Edital;

5.7 Encerrada a fase de habilitação e, não havendo quem pretenda recorrer, o Pregoeiro adjudicará o objeto em favor da licitante julgada vencedora;

5.8 Manifestando quaisquer das licitantes a intenção de recorrer, o processo somente será encaminhado para homologação do resultado após a análise do recurso apresentado e decurso da fase recursal;

5.9 A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de men-

sagens, em campo próprio do sistema eletrônico - chat;

5.10 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

5.11 Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;

5.12 O pregoeiro e a autoridade superior da Procuradoria da República no Estado de Roraima poderão pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação e sempre que julgarem necessário, fixando aos licitantes prazos para atendimento, sendo vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente da proposta.

VI – DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1 A licitante deverá encaminhar proposta, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

a) A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema COMPRASNET, o valor unitário ofertado para cada item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

b) A licitante deverá informar, antes da etapa de lances, na forma expressa nos respectivos campos do sistema COMPRASNET, a descrição do objeto, **sua marca/faabricante e modelo/referência**, se houver. O descumprimento de tal obrigação implicará na desclassificação da proposta e sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

c) A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

d) A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que esta ciente e que concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

e) A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que na data de cadastramento de sua proposta **inexistem** fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

f) A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que sua proposta foi elaborada de forma independente.

g) A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que **não** possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

h) A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que **não** emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

6.1.1 A declaração falsa sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

6.2 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico como meio de fiscalização dos outros licitantes e da sociedade, razão pela qual elas devem ser obrigatoriamente e exclusivamente enviadas pelo sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.3 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

6.4 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

6.5 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

6.6 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.7 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.8 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos;

6.9 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica conhecimento e submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital;

6.10 Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe modificação dos termos originais, exceto quanto ao valor da proposta nos seguintes casos:

a) durante a etapa de lances; e

b) para a correção de falhas ou em consequência de negociação realizada pelo Pregoeiro.

6.11 A proposta, a ser enviada em meio digital pelo licitante, deverá estar assinada e escaneada e conter todos os dados a seguir:

a) Razão Social, Nome Fantasia (se houver), número do CNPJ;

b) endereço completo do licitante, telefones de contato e e-mail, data e assinatura do responsável pela proposta, indicação de prazo de validade na proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, dados do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços e (ou) contrato (nome completo, CPF e cargo na empresa);

c) especificação do objeto, unidade de medida, quantidade, valor unitário, valor total do objeto e da proposta, marca, fabricante e modelo/referência e prazo de garantia – se houver;

d) prospectos, imagens, catálogos, laudos e/ou certificados os quais comprovem que as características do objeto ofertado atendem às exigências do Edital; e

d) para efeito de pagamento, os dados bancários (o nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa).

VII – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1 O julgamento obedecerá ao critério do **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.2 Será desclassificada a proposta que apresentar valor unitário (por item) superior ao limite relacionado no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), tópico 2. OBJETOS, ou proposta com preços manifestamente inexequíveis.

7.3 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance de menor valor, e, em

seguida, verificará a compatibilidade do preço com o estimado para o(s) objeto(s) e a habilitação da licitante conforme disposições deste Edital.

7.4 O Pregoeiro convocará o licitante detentor do lance de menor valor para enviar arquivos digitais (meio digital) contendo sua proposta em conjunto com os documentos habilitatórios, através de funcionalidade presente no sistema Comprasnet (upload), no prazo estabelecido na forma do **item 8.13** deste edital.

7.5 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas na Lei e neste Edital.

7.6 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, convocando o licitante para enviar arquivo contendo a proposta, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.7 Ocorrendo a situação a que se refere o item supra, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e da sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.9 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da PR-RR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

VIII – DA HABILITAÇÃO

8.1 Encerrada a etapa de lances e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro procederá imediatamente após o recebimento da documentação, a verificação do atendimento das condições de habilitação do licitante.

8.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** SICAF;
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d)** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.2.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2.3 As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

8.2.4 Havendo irregularidade no cadastramento do SICAF, e não sendo apresentado a

documentação satisfatória atualizada e regularizada, o licitante será **inabilitado**.

8.3 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à **Habilitação Jurídica**:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, , segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração DREI.
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.
- h) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.3.1 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda **Federal**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou equivalente, na forma da lei;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual**, conforme o domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral informados pelo registro cadastral do SICAF for igual ou inferior a 1;
- b) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a **60 (sessenta) dias**, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

8.6 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Qualificação Técnica:

- a) Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) aptidão da licitante para fornecimento dos objetos compatíveis em características técnicas e prazos com o objeto desta licitação;
 - a.1) Não serão aceitos atestado(s) emitido(s) por empresa(s) do mesmo grupo empresarial do licitante;

8.7 Os licitantes deverão apresentar, ainda, para fins de habilitação neste certame, as seguintes declarações:

- a) declaração firmada pela licitante, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (Lei nº 9.854/99);
- b) **declaração de regularidade** conforme dispõem o art. 3º da resolução/cnmp nº 37/2009, informando que a empresa não tem como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor ocupante de cargo de direção do Ministério Público da União, bem como, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;

8.8 O registro cadastral no SICAF substitui, quando regular:

- a) a habilitação jurídica - **item 8.3;**
- b) a regularidade fiscal (federal, estadual e municipal), trabalhista e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS - **item 8.4;** e
- c) a qualificação econômico-financeira - **item 8.5.a.**

8.9 A declaração prevista no **subitem 8.7.a** e as previstas nos **subitens 6.1.c, 6.1.d, 6.1.e, 6.1.f e 6.1.g**, terão o seu preenchimento obrigatório em campo próprio do sistema do “PREGÃO ELETRÔNICO” no momento de cadastramento da proposta e serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação, não havendo a necessidade do envio desses documentos por meio do sistema ou por qualquer outro meio, exceto por solicitação do Pregoeiro.

8.10 O licitante enquadrado como **microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado **(a)** da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e **(b)** da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.11 Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.12 Não é exigido que as licitantes realizem vistoria do local de entrega dos objetos **(facultativo)**.

8.13 O licitante detentor do melhor lance será convocado a enviar os documentos habilitatórios relativos aos requisitos não compreendidos no SICAF em arquivos digitais (meio digital), através de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro via “chat” da

Sessão.

8.13.1 O prazo a ser fixado será estabelecido individualmente para cada licitante ou para todos ao mesmo tempo, conforme entendimento do Pregoeiro e terá duração mínima de 2 (duas) horas.

8.13.2 O prazo a ser fixado poderá ser prorrogado para a correção de falhas ou inclusão de documentos faltantes ou inclusão de novos documentos, respeitado o princípio da isonomia.

8.14 Como forma de atender o princípio da Publicidade dos atos administrativos e de dar total transparência do certame para sociedade e para a fiscalização, não serão aceitos propostas e documentos habilitatórios encaminhados por e-mail ou fac-símile. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por tais meios.

8.15 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

8.16 As ME/EPP's deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.17 Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal das ME/EPP's, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.18 A não regularização da documentação, no prazo previsto na condição anterior, implicará decadência do direito ao registro de preços e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.19 Caso o Pregoeiro julgue necessário para esclarecimentos e efetue tal solicitação (somente nesse caso), o licitante tem o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a finalização do certame, para enviar os originais ou cópias autenticadas para o endereço constante no preâmbulo deste Edital, ficando esclarecido que o descumprimento de tal obrigação implicará na inabilitação do licitante e o sujeitará às sanções previstas neste Edital.

8.20 Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.21 Constatado o atendimento das exigências previstas pelo Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.22 Na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação ao licitante declarado vencedor, com posterior encaminhamento dos autos ao gestor da Procuradoria da República no Estado de Roraima para homologação do certame e decisão quanto à contratação.

8.23 Na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao Secretário Estadual da Procuradoria da República no Estado de Roraima para julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

IX – DO INSTRUMENTO DE REGISTRO E/OU CONTRATO

9.1 Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preço, com fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

9.2 No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital e seus Anexos, a PR/RR registrará o licitante seguinte, mantida a ordem de classificação.

9.3 Publicada na imprensa oficial, a Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento, conforme artigo 14 do Decreto nº 7.892/2013.

9.4 Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinar o termo de contrato ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.5 Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

9.6 O instrumento contratual quando não firmado poderá ser substituído pela nota de empenho no valor total da obrigação de pagamento para com a empresa que fornecer os objetos da ATA de Registro de Preço aqui proposto, nos termos do artigo 62, Caput, § 4º da Lei 8.666/93 e Parecer SEORI/AUDIN-MPU Nº 694/2014, conforme **tópico 19. DO CONTRATO** do Termo de Referência, anexo deste Edital.

9.7 Os encargos das partes bem como as normas relativas à validade e recebimento do objeto, liquidação, pagamento, sanções contratuais, alteração, reajuste, repactuação e rescisão contratual constam no Termo de Referência, anexo deste Edital.

X – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Conforme **tópico 5. CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XI – DA EXECUÇÃO DO REGISTRO E/OU CONTRATO

11.1 Conforme **tópicos 9. DO LOCAL DE ENTREGA E DO REGIME DE FORNECIMENTO, 12. DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS – DAS CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO E DOS PRAZOS DE ENTREGA DOS OBJETOS e 23. DA GESTÃO – ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DA ATA DE SRP E DOS CONTRATOS** do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XII – DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento pelos objetos efetivamente fornecidos será creditado em nome da Contratada, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no instrumento convocatório, bem como as do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XIII - DAS OBRIGAÇÕES DA PR-RR

13.1 Conforme **tópico 25. DAS OBRIGAÇÕES DA PR-RR** do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XIV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Conforme **tópico 24. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA** do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XV – DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

15.1 Conforme **tópico 26. DAS SANÇÕES E PENALIDADES** do Termo de Referência, anexo deste Edital.

XVI – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO E/OU CONTRATO

16.1 O Registro e/ou Contrato poderá ser cancelado de pleno direito pela autoridade administrativa competente da Procuradoria da República no Estado de Roraima, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:

16.1.1 A empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

16.1.2 A empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente não aceitar sua justificativa;

16.1.3 A empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação de corrente desta contratação, nas hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei nº 8.666/93, com as respectivas alterações;

16.1.4 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação de corrente desta contratação;

16.1.5 Os preços contratados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço;

16.1.6 Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

16.1.7 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer algumas das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei nº 8.666/93, com as respectivas alterações.

16.2 Ocorrendo o cancelamento do Contrato pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem à contratação;

16.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

XVII – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura.

17.2 A partir da vigência da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, o licitante se obriga a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

17.3 As quantidades previstas no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, reservando-se à Procuradoria da República no Estado de Roraima o direito de adquirir em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir quaisquer dos itens especificados.

17.4 Homologado o resultado da licitação os fornecedores classificados serão convocados para assinar a ata de registro de preços.

17.5 A PR-RR encaminhará a Ata de Registro de Preços, com o respectivo cadastro de reserva dos fornecedores, devidamente assinada em 02 (duas) vias, de modo que uma delas deverá ser inevitavelmente assinada e devolvida em até 05 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento.

17.6 O prazo que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

17.7 É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.8 A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

17.9 O Gerente de Registro de Preços, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, fará periódica pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

17.10 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

17.11 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas a, b e d do item anterior será formalizado por despacho do gestor da PR-RR, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.12 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

17.13 Na vigência da Ata de Registro de Preços, no caso de descontinuidade da fabricação do(s) objeto(s) da licitação, o contratado se obriga a fornecer o objeto que vier substituí-lo, mantidas as condições técnicas e comerciais ofertadas.

XVIII – DO CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

18.1 No sistema Comprasnet, no momento da Homologação, a autoridade competente disporá da ferramenta de formação de Cadastro Reserva (SRP), conforme abaixo:

18.1.1 Na Homologação do Item/Lote (s), a Autoridade Competente informará data/hora FIM do Cadastro de Reserva, (mínimo de 24hs) e clicar em CONVOCAR;

18.1.2 O cadastro de reserva envolverá somente itens/lotas com PROPOSTAS ADJUDICADAS;

18.1.3 O sistema Comprasnet enviará um e-mail a todos os fornecedores com propostas NÃO RECUSADAS para que eles possam aderir ao Cadastro de Reserva pelo preço do primeiro colocado;

18.1.4 O e-mail conterá, além da identificação da licitação/item, a quantidade que será fornecida pelo fornecedor (obtida da proposta do fornecedor), o preço e a data/hora fim do Cadastro de Reserva; e

18.1.5 Os fornecedores registrarão o interesse de fazer parte do cadastro de reserva ao mesmo preço do vencedor do certame. (Novo item de menu para o Fornecedor).

18.2 A apresentação de novas propostas na forma do item anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

18.3 Os licitantes que aceitarem reduzir seus preços na forma do item 18.1 formarão o **CADASTRO DE RESERVA**, que tem por objetivo suprir a Ata de Registro de Preços no caso de cancelamento de registro do fornecedor classificado em primeiro lugar no certame.

18.4 Serão registrados na Ata de Registro de Preços, nesta ordem:

- a) os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e
- b) os preços e quantitativos dos licitantes que aceitaram cotar o objeto em valor igual ao do licitante mais bem classificado, observada a ordem de classificação do certame.

18.5 Havendo mais de um licitante na situação de que trata a **alínea b supra**, serão classificados segundo a ordem da adesão, após convocação feita através do Comprasnet.

18.6 Os licitantes que aceitarem reduzir seu(s) preço(s) ao valor do primeiro colocado, quando convocado para assinar a Ata de Registro de Preços ou para contratar o objeto do Registro de Preços, obrigam-se a apresentar proposta escrita e os demais documentos de habilitação exigidos neste instrumento, no prazo estabelecido oportunamente pela administração, sem prejuízo das sanções aplicáveis ao caso.

XIX – DA ADESÃO À ATA DE REGISTO DE PREÇOS

19.1 A ata de registro de preços resultante deste Edital, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

19.2 De acordo com o art. 22, § 9º do Decreto nº 7.892, de 2013 é permitida a adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais.

19.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e/ou órgãos participantes.

19.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

19.5 As adesões à(s) ata(s) de registro de preços oriunda(s) dos objetos deste Edital serão limitadas, na totalidade, ao máximo o quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

19.6 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

19.7 Após a autorização do órgão gerenciador e do Fornecedor, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19.8 Os pedidos de adesões e respectivos expedientes oficiais deverão ser encaminhados ao Secretário Estadual da PR/RR, autoridade responsável por aprovar ou reprovar tais pedidos, através do e-mail prrr-contratos@mpf.mp.br e/ou nazareno@mpf.mp.br. O gerente de Registro de Preços, telefone: 95 3198-2025, é o responsável pelo recebimento e tramitação dos pedidos de adesões.

XX – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

20.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico prrr-cpl@mpf.mp.br, até as 16 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

20.2 Não serão conhecidas as impugnações interpostas, vencidos os respectivos prazos legais.

20.3 Acolhida a impugnação contra ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.4 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

20.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico prrr-cpl@mpf.mp.br.

20.6 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

XXI – DOS RECURSOS

21.1 Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo mínimo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

21.1.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

21.1.2 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

21.1.3 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

21.2 Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos do **Processo Administrativo 1.32.000.000068/2018-67** franqueada aos interessados.

21.3 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

21.4 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Pregoeiro adjudicará o objeto e o Secretário Estadual homologará o procedimento licitatório.

21.6 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

XXII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente, que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida, mediante comunicação do pregoeiro e aviso no www.comprasgovernamentais.gov.br, informando nova data e horário.

22.2 Ao Secretário Estadual da Procuradoria da República no Estado de Roraima compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

22.2.1 A anulação do Pregão induz à da Ata de Registro de Preços, bem como à da nota de empenho.

22.2.2 As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

22.3 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.4 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de

documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

22.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.6 Iniciada a etapa de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

22.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à aquisição dos materiais, objeto deste pregão, pela Administração.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

22.10 A adjudicatária está obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, acréscimos ou supressões determinadas pela Procuradoria da República em Roraima até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor adjudicado, na forma do art. 65, da Lei 8.666/93 atualizada.

22.11. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.12 Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

22.13 O foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Roraima.

Boa Vista – RR, 15 de março de 2018

(Assinado Digitalmente)

Wagner Pontes de Sousa
Supervisor da SLDE
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO SRP-CRF Nº 02/2018

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 04/2018/PR-RR/MPF

PROCESSO Nº 1.32.000.000068/2018-67

EMENTA: TERMO DE REFERÊNCIA PARA DEFINIÇÃO DE OBJETOS, PREÇOS MÉDIOS E REGRAS BÁSICAS PARA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COM REGISTRO DE PREÇOS E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO E CUSTEIO, DESTINADOS A ATENDEREM A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA CONFORME DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DOS EXERCÍCIOS 2018 – 2019.

1. INTRODUÇÃO – ALINHADO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO MPF: ADEQUAR A ESTRUTURA DA UNIDADE PARA UMA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL EFICIENTE E SEGURA

1.1. O presente Termo de Referência descreve os fundamentos, detalhamento e condições de entrega e fornecimento de bens de investimento e consumo a serem licitados por meio de Pregão Eletrônico com valores registrados em ATA de Registro de Preços de empresa(s) especializada(s) no fornecimento dos seguintes equipamentos e materiais: máquinas e equipamentos de escritório de uso doméstico/administrativo, equipamentos de proteção e segurança, aparelhos e utensílios domésticos e equipamentos agrícolas destinados a atenderem a PR-RR em suas atividades meio e fim em conformidade com a Programação Orçamentária Anual da UG 380006 e PPA/LDO do MPF.

1.2. O presente Termo de Referência tem por objetivo definir de forma ampla e simplificada o conjunto de elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequado, para explicitar aos interessados em contratar com o Ministério Público Federal, os materiais almejados de aquisição por sua Procuradoria da República no Estado de Roraima (PR-RR), em consonância com a legislação pertinente e os princípios da administração pública.

1.3. Os significados dos termos utilizados na presente especificação são os seguintes:

- a) **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** Documento hábil para registro de valores de materiais, bens e serviços licitados a vigor pelo prazo de 12 meses, sem que haja obrigação de compra/venda por parte dos interessados (governo/particular);
- b) **CA:** Coordenadoria de Administração;
- c) **CADIN:** Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados Federal;
- d) **COINF:** Coordenadoria de Informática;
- e) **CONTRATANTE:** União, por intermédio do Ministério Público Federal –Procuradoria da República no Estado de Roraima;
- f) **CONTRATADA/PRESTADORA:** Licitante vencedora do certame licitatório, a quem será adjudicado o (s) objeto (s) desta licitação, após a assinatura do Termo de contrato para prestação de serviços contínuos e diários na forma do art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 2.271/97;
- g) **CNDT:** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- h) **FISCAL/FISCALIZAÇÃO:** Servidor (es) designado (s) formalmente para representar (em) a CONTRATANTE ou ATO, inerentes ao acompanhamento ou gerência fiscalizatória dos serviços contratados, ou corresponde à equipe que representa da Procuradoria da República no Estado de Roraima perante a CONTRATADA.
- i) **FAZENDA PÚBLICA:** Conjunto de Órgãos da Administração Pública, destinados a arrecadação e à fiscalização de tributos, bem como a guarda dos recursos financeiros e títulos representativos de ativo e direitos do estado.
- j) **FGTS:** Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço;
- k) **FORNECEDORA:** Empresa com preço registrado em ATA de Registro de Preços;
- l) **GRU:** Guia de Recolhimento da União;
- m) **INSS:** Instituto Nacional do Seguro Social;
- n) **JF:** Justiça Federal;
- o) **MPF:** Ministério Público Federal;
- p) **MPOG:** Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão;
- q) **ÓRGÃO GERENCIADOR:** Entidade estatal responsável pelo gerenciamento da ATA de Registro de Preços – Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Estado de Roraima
- r) **PR-RR:** Procuradoria da República no Estado de Roraima;
- s) **PREÇO REGISTRADO:** Valor ofertado pelos licitantes que ao objeto da licitação que fará será registrado em ATA de Registro de Preços pelo período de 12 meses sem que haja obrigatoriedade de compra por parte do governo, sendo adquiridos em parcelas menores ou maiores de acordo com a respectiva dotação orçamentária dentro da vigência da ATA;
- t) **REGULARIDADE FISCAL (FAZENDÁRIA):** Prova da regularidade com as receitas/tributos municipais, estaduais e federais no domicílio ou sede da contratada/licitante;
- u) **SELOG:** Setor de Logística da PR-RR;

v)	SE: Secretário Estadual;
w)	SICAF: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Poder Público Federal;
x)	SLDE: Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas;
y)	SRP: Sistema de Registro de Preços.
1.4.	Constituem partes deste Termo:
•	Anexo I – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica;
•	Anexo II – Minuta da ATA de Registro de Preços;
•	Anexo III – Minuta de Contrato.

2. OBJETO						
EQUIPAMENTOS DE TIC – ND 4.4.90.52-35						
Item	Descrição	U.M	Qnt.	Vlr. Unt. R\$	Vlr. Total R\$	Exclusividade/Margem de Preferência
1	Alicate Voltímetro Amperímetro digital portátil, de acordo com a categoria II 600V de segurança, congelamento da leitura, Visor LCD. Realiza medidas de tensão DC e AC até 400V ou superior, corrente DC e corrente True RMS AC até 1000A ou superior, temperatura e resistência e testes de diodo e continuidade, abertura de garra mínima de 40mm. Modelo Referência: Marca: MINIPA modelo: ET-3388 ou similar	Und	2	567,19	1.134,38	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006.
2	Rotulador eletrônico Portátil para identificação de cabos, pontos de rede, patch panel e tomadas etc., com 2 unidades de cartucho de fitas TZ 12mm na cor branca compatíveis com o equipamento. Especificação técnica : - compacto - Teclado alfa numérico e teclas posicionadas para fácil operação - Fonte de energia: pilha - Cartucho de fitas TZ intercambiáveis - Resolução de 180dpi - Imprime no mínimo em 02 linhas em fita de 12mm - Imprime em fitas de 06 a 12mm de largura - Imprime em símbolos e caracteres. - Imprime texto no mínimo em 2 fontes, 5 tamanhos 8 estilos e 3 larguras. - Repetição de impressão mínimo de 09 cópias. Modelo de Referência: Brother PT-H110 ou similar	Und	2	209,67	419,34	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006.
3	Access Point Hardware: - Botões: Reset, Power On/Off - Tipo de Antena: 4dBi Omni Internos - Montagem: Montável em Teto/Parede - Trava de Segurança Física: Slot para Trava de Segurança - Watch Dog Interface: - 1 porta Gigabit Ethernet (RJ-45)（Suporta IEEE802.3af PoE） - 1 Porta Console Wireless: - Padrões Wireless: IEEE802.11a, IEEE 802.11n, IEEE 802.11g, IEEE 802.11b - Frequência: 2.4GHz e 5GHz Taxa de Sinal: - 11n: Até 600Mbps (dinâmico) - 11g: Até 54Mbps(dinâmico)	Und	10	857,83	8.578,30	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.

	- 11b: Até 11Mbps(dinâmico) Sensibilidade de recepção: 5GHz - 300M:-68dBm@10%PER - 150M:-72dBm@10%PER - 54M:-73dBm@10%PER 2.4GHz - 300M: -71dBm@10% PER - 150M: -75dBm@10% PER - 54M: -78dBm@10% PER - 11M: -93dBm@8% PER - 6M: -92dBm@10% PER - 1M: -96dBm@8% PER Potência de Transmissão: - FCC: <26dBm(2.4GHz) / <20dBm(5GHz) - CE: <20dBm Função Wireless: - SSIDs Múltiplos - Permite/Bloqueia o rádio Wireless - Atribuição Automática de Canal - Controle de Transmissão de Energia (Ajuste de Transmissão de Energia em dBm) - QoS(WMM)Limite de Taxa - Agendamento de Reinicialização - Agendamento Wireless - Estatísticas Wireless baseadas em SSID/AP/Client Modelo de Referência: TP-LINK EAP220 N600 ou similar					
--	--	--	--	--	--	--

SUPRIMENTOS DE TIC – ND 3.3.90.30-17

Item	Descrição	U.M	Qnt.	Vlr. Unt. R\$	Vlr. Total R\$	Exclusividade/Margem de Preferência
4	Pen Drive de 8 GB compatível com USB 2.0/3.0 – Memória flash removível, capacidade de 8 GB; USB 2.0 e 3.0; Compatível com Windows e Linux, expansão de memória do computador, LED de sinalização e transferência de dados. Modelo de Referência: Sandisk SDCZ71-008G-B35 ou similar	Und	40	38,44	1.537,60	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
5	Headphone - Sistema acústico: fechado, resposta em frequência: 20 – 20.000 Hz, com microfone, almofadas auriculares com diâmetro mínimo de 7 cm. comprimento mínimo do cabo: 1,2 m, conexão por cabo: de dois lados, conector: 3,5 mm(computador). Modelo de referência: Edifier k800 ou similar	Und	40	95,08	3.803,20	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
6	Cartucho de Fitas para backup LTO 3 – Tipo: Gravação de dados, Tecnologia LTO Ultrium 3, capacidade de 400/800GB, durabilidade 1000000 leituras, tempo de armazenamento mínimo 30 Anos, Compatível com Tape Library IBM TS3100, cartuchos e etiquetas com código de barra autocolante para identificação, compatível com o modelo Sony LTX400G, Dell, Fujifilm, HP, IBM, ou similar	Und	30	195,04	5.851,20	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do

						Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
7	Cabo extensor USB 3.0 compatível com 2.0 Tamanho entre 50 cm a 1,5 metro, USB macho tipo A X USB fêmea tipo A; Modelo de Referência: Cabo Extensão SuperSpeed Usb 3.0 (cód. do produto 6599), ou similar.	Und	60	24,96	1.497,60	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
8	Cabo de Rede UTP - Categoria 5E Cabo de 4 pares trançados compostos por condutores sólidos de cobre nu, 24AWG, isolados em polietileno de alta densidade. Capa externa em PVC não propagante a chama, com marcação seqüencial métrica, nas opções CM, CMR e LSZH. Marcação sequencial métrica decrescente (305m – 001m) na embalagem FASTBOX COR: Azul . Tamanho: 305m	Cx	3	243,45	730,35	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006.
9	Cartucho de toner cor Preto 80X HP <i>LaserJet</i> Original ou compatível de primeiro uso, não remanufaturado, impressora HP MFP M425dn , com rendimento médio de 6.900 páginas. Referência CF280X.	Und	30	543,08	16.292,40	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
10	Cartucho de toner, Original ou compatível, de primeiro uso, não remanufaturado, tinta preta HP 932 XL, para impressora HP A3 OfficeJet 7110, com rendimento médio de 1000 páginas. Referência CN053AL.	Und	15	168,14	2.522,10	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
11	Cartucho de toner, Original ou compatível, de primeiro uso, não remanufaturado, tinta ciano HP 933 XL, para impressora HP A3 OfficeJet 7110, com rendimento médio para 825 páginas. Referência CN054AL.	Und	15	96,09	1.441,35	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
12	Cartucho de toner, Original ou compatível, de primeiro uso, não remanufaturado, tinta magenta HP 933 XL, para impressora HP A3 OfficeJet 7110, com rendimento médio para 825 páginas. Referência CN055AL.	Und	15	96,09	1.441,35	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, confor-

						me Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
13	Cartucho de toner, Original ou compatível, de primeiro uso, não remanufaturado, tinta amarelo HP 933 XL, para impressora HP A3 OfficeJet 7110, com rendimento médio para 825 páginas. Referência CN056AL.	Und	15	100,54	1.508,10	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
14	Cartucho de toner cor preto HP 312X Original ou compatível de primeiro uso, não remanufaturado, impressora HP MFP M476dw , com rendimento médio de 4.400 páginas. Referência CF380X.	Und	10	673,99	6.739,90	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
15	Cartucho de toner cor ciano HP 312A Original ou compatível de primeiro uso, não remanufaturado, impressora HP MFP M476dw , com rendimento médio de 2.700 páginas. Referência CF381A.	Und	10	641,34	6.413,40	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
16	Cartucho de toner cor magenta HP 312A Original ou compatível de primeiro uso, não remanufaturado, impressora HP MFP M476dw , com rendimento médio de 2.700 páginas. Referência CF383A.	Und	10	645,99	6.459,90	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
17	Cartucho de toner amarelo HP 312A Original ou compatível de primeiro uso, não remanufaturado, impressora HP MFP M476dw , com rendimento médio de 2.700 páginas. Referência CF382A.	Und	10	345,99	3.459,90	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
18	Cartucho de Toner Original/Genuíno* OKI B431DN	Und	50	365,12	18.256,00	Exclusivo ME/EPP,

	ref. 44917601, cor preta, tipo cartucho original ou compatível, não remanufaturado, de primeiro uso, capacidade de impressão de mínima 11.000 páginas. * Impressora em garantia: Acórdão TCU 860/2011					conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
19	Tambor Cilindro de Imagem Original/Genuíno* OKI B431DN ref. 44574301, com rendimento aprox. 25.000 páginas à 5% de cobertura para impressora OKI Data B341DN+. * Impressora em garantia: Acórdão TCU 860/2011	Und	25	363,06	9.076,50	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
FERRAMENTAS – ND: 3.3.90.30-42						
Item	Descrição	U.M	Qnt.	Vlr. Unt. R\$	Vlr. Total R\$	Exclusividade/Margem de Preferência
20	Alicate Crimpador Alicate para Crimpar conector RJ45 e RJ11, com cabo emborrachado ou PVC rígido, com opção de corte e desengape de cabo de Lan. Tamanho entre 7.5 a 8.5 (215mm) Modelo de Referência: Modelo Amp Uso Profissional HT-2810-R ou similar	Und	2	204,07	408,14	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006.
21	Alicate Multifuncional decapagem de fios e cabos. Para corte e decapagem de fios, com cabo emborrachado ou PVC rígido, corpo em aço inoxidável. Modelo de Referência: Strong Iron HD-D1 ou similar	Und	2	111,48	222,96	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006.
MATERIAIS ELÉTRICOS – ND: 3.3.90.30-26						
Item	Descrição	U.M	Qnt.	Vlr. Unt. R\$	Vlr. Total R\$	Exclusividade/Margem de Preferência
22	Extensão De Tomadas Padrão ABNT NBR14136 2P+T - Com 5 tomadas e 3 pinos - Comprimento nominal do cabo de força: 5 metros - Corrente mínima: 10 A. Modelo de referência: Tramontina cod. 57504031 ou similar	Und	30	49,94	1.498,20	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
23	Extensão De Tomadas Padrão ABNT NBR14136 2P+T - Com 5 tomadas 3 pinos. - Comprimento nominal do cabo de força: 3 metros - Corrente mínima: 10 A. Modelo de referência: Tramontina cod. 11149036 ou similar	Und	30	37,39	1.121,70	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do De-

						creto nº 8.538/2015.
24	Adaptador de Tomada 3 Pinos P/ Tomada Universal ABNT - NBR 14136 (novo/antigo) Entrada Plugue bipolar com contato de aterramento (2P+T) de acordo com a norma NBR14136 novo padrão brasileiro; Tensão: 110~220V; Corrente nominal: 10A; Haste: Ø 4mm. Saída Tomada bipolar com contato de aterramento (2P+T) conhecido como padrão universal (antigo); Tensão: 110~220V; Corrente nominal: 10A.	Und	30	8,71	261,30	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
25	Adaptador de Tomada Universal P/ Tomada 3 Pinos ABNT - NBR 14136 (antigo/novo) Entrada Tomada bipolar com contato de aterramento (2P+T) conhecido como padrão universal (antigo); Tensão: 110~220V; Corrente nominal: 10A; Haste: Ø 4mm. Saída Plugue bipolar com contato de aterramento (2P+T) de acordo com a norma NBR14136 novo padrão brasileiro; Tensão: 110~220V; Corrente nominal: 10A.	Und	30	7,26	217,80	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
26	Bateria Selada para No-break de 12V/5Ah , com as seguintes características técnicas: voltagem nominal de 12 Volts; Descarga máxima de corrente em 5s: 50 ~ 75A; carga máxima 5Ah; conector A; resistência interna 0,020 ~ 0,033 Ohms; dimensões máximas 9/9/11 cm (Comp/Larg/Alt); Tensão de carga constante em standby 13,5 ~ 13,9V, ciclo 14,5 ~14,9V, corrente máxima inicial 1,5 A. Modelo de Referência: Bateria FirstPower 12V 5Ah (cód. do produto FP 1250), ou similar.	Und	50	86,94	4.347,00	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
27	Bateria Selada para No-break 12V/7Ah com bateria recarregável de chumbo ácid. 12volts x 7 amperes para No-break com características de Vaso em ABS Terminal Fast Carga em tensão constante de 25°C Flutuação de 13,5 13,8V Cíclico de 14.1 -14,4V Corrente Inicial Máxima de 1,4A Dimensões: 10 x 15,1 x 6,5 cm com expectativa de vida útil de 3 (mínimo) a 5 (máximo) anos e garantia geral de no mínimo 1 ano.	Und	50	73,80	3.690,00	Exclusivo ME/EPP, conforme Art. 48, I, da LC 123/2006. Margem preferência regional de 10%, conforme Art. 48, § 3º da LC 123/2006, Art. 9, II, do Decreto nº 8.538/2015 e Art. 1, § 2º, II, do Decreto nº 8.538/2015.
* Consultas realizadas em Fontes de Preços Públicos (ComprasNet) e em sites eletrônicos de empresas especializadas conforme Inciso I do Art. 2º da Instrução Normativa nº 5 de 27 de junho de 2014, bem como a sua média está de acordo com o § 2º e Incisos II e III do Art. 2º da referida IN e Portaria SG/MPF nº 821, de 22 de agosto de 2017. Observação: Quanto aos objetos que possuírem o termo “aproximadamente” nas medidas, serão aceitas diferenças de até 10%, para mais ou para menos, nas medidas informadas nas especificações.						

3. DOS OBJETIVOS DAS AQUISIÇÕES

3.1 O objetivo da presente demanda descrita neste Termo de Referência é atender Despacho do Coordenador da TI, datado de 28 de abril de 2017; Instrução de Serviços PR-RR nº 02/2017 e alterações da seguinte forma: dentro do orçamento anual previsto para a PR-RR, alinhado à Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretriz Orçamentária com abrangência da Programação Orçamentária 2017 e 2018, vinculado investimento do Plano Interno APAREMPF2 – UG 380006.

4. DA APRESENTAÇÃO

4.1 Será sempre suposto que as exigências contidas neste Termo de Referência, no edital e seus anexos, são de inteiro conhecimento dos licitantes que participarão do certame licitatório.

4.2 Os licitantes que são consideradas especializadas no fornecimento dos respectivos objetos deste termo, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar os dispositivos constantes do Edital de Licitação e em seus anexos, incluindo este Termo de Referência e a Minuta da ATA de SRP; cabendo às licitantes nos prazos legais e regulamentares, dirimirem as eventuais dúvidas junto à SLDE da Procuradoria da República em Roraima, pois não poderão ser alegadas em outra oportunidade, em favor de eventuais pretensões de acréscimo ou supressões de materiais extras e/ou alterações na composição dos valores propostos.

4.3 As empresas que apresentarem suas propostas para os objetos aqui descritos deverão para efeito legal, terem regular cadastro no SICAF em observância ao Artigo 29 da Lei 8.666/93, Artigo 195, § 3º da CF/88, Artigo 47 da Lei nº 8.212/91, Acórdão 2237/2006 Primeira Câmara e à DECISÃO DO PLENÁRIO DO TCU. DOCUMENTO DC-0705-54/94-P, que vincula a obrigatoriedade que a administração tem em realizar a prévia consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a respeito de sua situação no momento da contratação ou fornecimento, bem como dos empenhos e pagamentos de despesas, consoante os artigos 27 a 32 da Lei nº 8.666/1993 e itens 8.7 e 8.8 da IN/MARE no 5/1995.

4.4 Deverá constar em anexo ao processo de licitação, a consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a fim de verificar ocorrências contra a empresa contratada que a impeça de contratar com a Administração Pública, da qual será feita análise do tipo de infração cometida para que sejam tomadas as providências cabíveis, nos termos da IN/MARE nº 5/1995.

4.5 Ficará impedida de contratar com a Procuradoria da República em Roraima, a empresa que estiver positivada no CADIN, condenada nos termos da Lei nº 12.846/2013 e/ou estiver em débito com a Fazenda Pública com incidência de certidão irregular no SICAF, em especial os Débitos Trabalhistas, FGTS e INSS tendo em vista a observância ao Artigo 195, §3º da Constituição Federal de 1988.

5. CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os materiais propostos no presente termo classificam-se nas seguintes naturezas de despesa:

- Natureza da Despesa:
 - 4.4.90.52-35 – Equipamentos de TIC;
 - 3.3.90.30-17 – Suprimentos de TIC;
 - 3.3.90.30-42 – Ferramentas;
 - 3.3.90.30-26 – Materiais Elétricos.

5.2 A classificação orçamentária do objeto deste Termo de Referência está de acordo com a portaria Interministerial nº 163/MF/MPOG de 04 de maio de 2001 e alterações da Portaria nº 325 de 27 de agosto de 2001 e Portaria Interministerial 688/STN-SOF de 14 de outubro de 2005.

5.3 As despesas para a contratação dos materiais descritos pelo presente termo serão custeadas com os recursos consignados a Procuradoria da República em Roraima, no Orçamento Geral da União, no Plano Interno INFORMATIC, Natureza de Despesa 4.4.90.52-35, 3.3.90.30-17 e 3.3.90.30-26, Fonte 0100, e posteriores empenhos à empresa contratada.

5.4 Em caso de alteração do Plano Interno, a CONTRATANTE adotará os meios necessários para alteração do contrato por meio célere e legal.

5.5 A dotação orçamentária para custeio do objeto do presente Termo de Referência será à conta do orçamento geral da União alocado ao MPF em tal período de vigência do CONTRATO e nos seus possíveis aditivos.

5.6 Os serviços e materiais propostos no presente Termo de Referência será custeado da seguinte forma: dentro do **PPA 2016 – 2019** com abrangência da Programação Orçamentária 2016 e 2017 da PR-RR, vinculado PTRES 089954 e ao custeio do Plano Interno INFORMATIC da UG 380006.

6. VALOR ESTIMADO DAS AQUISIÇÕES EM ATA

6.1 O valor estimado para a aquisição em Ata SRP dos itens discriminados neste Termo de Referência é de até **RS 108.929,97 (cento e oito mil, novecentos e vinte e nove reais e noventa e sete centavos).**

7. MODALIDADE DA LICITAÇÃO / EXCLUSIVIDADE / MARGEM DE PREFERÊNCIA

- 7.1** Licitação tipo menor preço por item;
- 7.2** Modalidade: Pregão Eletrônico com Registro de Preços e Cadastro de Reservas (se houver interessados) **com exclusiva participação de empresas EPP/ME/MEI para todos os itens deste Termo**, nos termos da Lei 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 5.504/2005, Decreto nº 7.892/2013, Decreto nº 8.250/2014, Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014.
- 7.3** Margem de preferência do Decreto nº 8.538/2015 correspondente a 10% para as empresas regionais situadas no Estado de Roraima, conforme inciso II do § 2º do artigo 1º do referido Decreto, para alguns itens informados no tópico **2. OBJETO** deste Termo.

8. ADJUDICAÇÃO DOS OBJETOS

- 8.1** Por Item.

9. DO LOCAL DE ENTREGA E DO REGIME DE FORNECIMENTO

- 9.1** O fornecimento dos materiais descritos neste Termo de Referência será realizado na forma de demanda a ser solicitada pela Procuradoria da República em Roraima, localizada na Rua General Penha Brasil, nº 1255, CEP: 69.305-130, Bairro São Francisco, Município de Boa Vista – Roraima, Brasil.
- 9.2** Em caso de fornecimento a outras unidades ou órgãos dentro ou fora da localidade expressa no item acima, por meio de adesão à ATA de Registro de Preços oriundo do presente Termo de Referência, caberá às empresas fornecedoras concordarem ou não dentro dos critérios econômicos e financeiros com inclusão de fretes, taxas e impostos, do qual havendo plena concordância deverá a empresa respeitar os mesmos critérios previstos neste Termo de Referência, bem como entregar os objetos a serem licitados no endereço das entidades que venham a aderir à futura ATA de Registro de Preços.
- 9.3** **Os objetos deste Termo de Referência serão fornecidos de forma direta e eventual de acordo com a disposição orçamentária da Procuradoria da República no Estado de Roraima.**
- 9.4** Ficará desde já vinculado ao conhecimento dos licitantes, que caso a sede administrativa da Procuradoria da República no Estado de Roraima, localizada no município de Boa Vista – Roraima venha a se estabelecer em outro endereço diverso do descrito no item “9.1”, os mesmos deverão ser atendidos de igual maneira e em iguais condições ofertadas e acordadas no outro endereço em que a PRRR-MPF se estabelecer, sem que haja ônus adicional.
- 9.5** **Caso venha a ocorrer mudança de endereço de sua sede administrativa, a PRRR providenciará termo próprio de alteração do local de execução e entrega dos objetos deste Termo de Referência a fim de não desvirtuar o Regime de Execução da ATA a ser firmada e publicada no Diário Oficial da União, onde as demais alterações referentes documentações, Notas Fiscais e documentos achados necessários e pertinentes da CONTRATADA, deverão ser providenciados pela mesma sem ônus ao MPF.**

10. CLASSIFICAÇÃO DOS OBJETOS

- 10.1** Bens comuns nos termos do § 1º do Artigo 2º do Decreto nº 5.450/2005.
- 10.2** Considerando que o parágrafo único do art. 1º, da Lei no 10.520/2002 define Bens e Serviços comuns como sendo aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.
- 10.3** O presente Termo de Referência define padrões de desempenho e qualidade de forma objetiva e conforme especificações usuais do mercado. Dessa forma, a competição será baseada unicamente nos preços propostos pelos concorrentes, pois não haverá apreciação de propostas técnicas, estando aderente ao Acórdão nº 313/2004 do Tribunal de Contas da União. Não obstante, a qualificação técnica da empresa deverá ser demonstrada na fase de habilitação da licitação, nos termos do Edital de Licitação.
- 10.4** Consoante o art. 4º do Decreto nº. 5.450/2005 resta claro que os bens a terem seus preços registrados são comuns, possibilitando sua aquisição nos termos do art. 37, XXI da CF/88 – Lei 8.666/93 por meio de licitação na modalidade: Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preço nos termos do Decreto nº 5.450/2005, do Decreto nº 5.504/2005, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto nº 8.250/2014.

11. DA GARANTIA E QUALIDADE DOS MATERIAIS

- 11.1** Será dada garantia mínima a alguns objetos do presente termo de referência, sendo esta garantia subdividida da seguinte forma:

Objeto	Garantia da Fabricante	Garantia mínima contratual coberta pela empresa licitante	Garantia mínima legal coberta pela fabricante
--------	------------------------	---	---

Máquinas e equipamentos de processamento de dados	-	12 meses	6 meses
Materiais de Processamento de Dados	-	90 dias	30 dias
Materiais Elétricos e Eletrônicos	-	90 dias	30 dias

11.2 Caso não haja disposição expressa pela licitante de que a garantia contratual informada já esteja incluída a garantia legal, ambas serão reconhecidas pela PR-RR como garantias distintas, somando-se as duas para efeito jurídico contratual.

11.3 Para efeitos de conhecimento e cumprimento das obrigações interpartes, as garantias expressas neste Termo de Referência são:

a) **Garantia da fabricante:** Contada da venda do produto ou equipamento para a empresa contratada, não tendo efeito algum para a obrigação contratual e tão somente para a empresa que comprou o produto para entrega à PR-RR, tendo em vista que ainda não há disposição do bem para ao ente público, razão de não ter expressa tabela temporal.

b) **Garantia contratual:** Contada do final da garantia legal. É de responsabilidade estrita da empresa licitante que vendeu o produto à Procuradoria da República no Estado de Roraima, não se confunde com a garantia legal prevista no Código do Consumidor, e imprime o zelo da empresa licitante em entregar produtos de qualidade à Administração Pública por preços justos e adequados ao bom uso do dinheiro público.

c) **Garantia legal:** Contada a partir da entrega definitiva do bem fornecido, sendo esta vinculada aos prazos de garantia previstas no Código do Consumidor – Lei 8.078/90, sendo de responsabilidade da fabricante do bem vendido à Administração Pública, devendo a empresa licitante/contratada que comprou o produto para venda ao Ministério Público Federal intermediar todas as fases de atendimento e execução da garantia.

11.4 Deverá ser levado em consideração pelas licitantes as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos objetos constantes deste Termo de Referência, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962.

11.5 De forma geral em casos omissos ao aqui expresso será aplicada a garantia e direitos da PR-RR nos termos da Lei 8.078/90 após a devida utilização dos materiais, isto é, após retirada da caixa e utilização dos mesmos de forma que coloque os objetos em garantia às tემperas do tempo e do uso.

12. DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS – DAS CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO E DOS PRAZOS DE ENTREGA DOS OBJETOS

12.1 O fornecimento dos materiais aqui descritos serão realizados de forma parcelada conforme disponibilidade orçamentária e a necessidade da unidade do Ministério Público Federal em Roraima em prazo igual ou inferior ao descrito nas condições abaixo, após o recebimento da nota de empenho e do requerimento oficial do setor competente da PRRR a ser gerada em nome da empresa contratada oriunda da descentralização de recursos alocada à PR-RR em conformidade com o que preceitua a Lei 4.320/64, LRF, LOA e LDO.

12.2 Os bens serão recebidos provisoriamente a partir da data de entrega, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

12.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das devidas penalidades.

12.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

12.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

12.7 A EMPRESA FORNECEDORA DEVERÁ FORNECER OS OBJETOS DESCRITOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DO EMPENHO.

12.7.1. O EMPENHO SERÁ ENVIADO AO ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) INFORMADO PELA EMPRESA NA PROPOSTA.

12.7.2. A EMPRESA TERÁ ATÉ 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS PARA RESPONDER O E-MAIL QUE ENVIA A NOTA DE EMPENHO ACUSANDO O RECEBIMENTO DO PEDIDO E QUE FORNECERÁ OS OBJETOS CONFORME PREVISTO EM EDITAL. CASO ESSE PRAZO NÃO SEJA CUMPRIDO, A EMPRESA SERÁ DESCLASSIFICADA, ESTANDO SUJEITA ÀS PENALIDADES POR INEXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO/ATA/EMPENHO PREVISTAS NESTE TERMO, ALÉM DAS PREVISTAS NO ART. 7º DA LEI 10.520/2002.

12.8 A(s) empresa(s) fornecedora(s) quando não localizadas na cidade Boa Vista-RR deverão atentar para não des-

cumprir os prazos de entrega dos objetos aqui descritos.

12.9 As empresas fornecedoras poderão ter representação local ou subcontratar até 30% (trinta por cento) do valor registrado em ATA com empresa local para fornecer os mesmos objetos, obrigatoriamente com mesmos preços, quantidades, qualidade e tempo de prazo de entrega estabelecidos neste Termo de Referência, na ATA de Registro de Preço e/ou no Contrato firmado, sem prejuízo de qualquer responsabilidade sua perante a Administração Pública e perante o Ministério Público Federal.

12.10 Não será aceito nenhum material fora dos prazos aqui definidos caso não estejam devidamente acompanhados da respectiva justificativa de atraso.

12.11 As empresas interessadas em fornecer os objetos descritos no presente Termo de Referência DEVERÃO OBSERVAR OS CUSTOS COM O MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA ENTREGA DOS MESMOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, HAJA VISTA QUE A ADMINISTRAÇÃO NÃO ADENTRA NO MÉRITO DE LUCRO DAS EMPRESAS, MAS IMPÕE OBSERVÂNCIA NO PRAZO DE ENTREGA, OCASIONANDO ASSIM A NECESSIDADE DE COMPOR SUAS PROPOSTAS COM VALOR DE FRETE QUE SEJA CONDIZENTE COM A GARANTIA DE ENTREGA DENTRO DOS PRAZOS AQUI ESTIPULADOS.

13. DAS PROPOSTAS, PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

13.1 As propostas deverão ser apresentadas com preço unitário e total dos objetos descritos neste Termo de Referência, informando para cada um a marca dos mesmos, considerando para todos os efeitos, o valor em moeda nacional (em algarismo e por extenso), já incidindo todas as despesas com entrega, encargos, tributos, frete e demais custos que se constituam, direta ou indiretamente, no valor a ser pago pela PR-RR;

13.2 A PROPOSTA DEVERÃO OBRIGATORIAMENTE CONSIGNAR:

- a) O e-mail, número de telefone e fax da empresa interessada em registrar preços;
- b) Nome do responsável da empresa e telefone;
- c) Garantia dos produtos;
- d) A marca ou qualidade dos produtos;
- e) VALOR UNITÁRIO DOS OBJETOS E TOTAL da proposta, em algarismos e por extenso, compatíveis com os preços de mercado conforme estabelece o art. 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
- f) Dados bancários com nome do banco, agência e conta-corrente para pagamento dos objetos aqui expresso;
- g) Comproverantes de sustentabilidade ambiental quando houver;
- h) Indicação se o bem possui algum critério de sustentável e se houver indicar e anexar comprovante de selo, certificado ou atesto científico ou técnico de autoridade privada ou estatal competente.

13.3 Os valores estimados, os quantitativos e os objetos deste Termo de Referência a terem seus preços registrados em ATA são mera estimativa para os exercícios 2016 e 2017, razão pela qual não poderá ser exigida, nem considerada como valor para pagamento líquido e certo, ou que isso justifique qualquer indenização.

13.4 Serão desclassificadas e responsabilizadas administrativamente, civilmente e penalmente nos termos da Lei as empresas licitantes que impedirem, fraudarem, perturbarem ou frustrarem o certame oriundo deste Termo de Referência nos termos dos Artigos 90 e 93 da Lei 8.666/93, sendo vedada em todas as fases da licitação o uso de softwares para lances automáticos, jogo de planilhas ou acerto de preços entre empresas, com especial vedação de participação de empresas que funcionem no mesmo estabelecimento comercial.

14. DA SUSTENTABILIDADE

14.1 Será dada prioridade para produtos que em sua fabricação tenha sido adotado meios menos agressivos ao meio ambiente e que sejam oriundas de fontes renováveis e/ou recicláveis.

14.2 Prioritariamente serão observados as propostas que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis consoante ao artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, devendo ser observada, ainda, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 e atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. Nesse sentido pode ser consultado o [Guia Prático de Licitações Sustentáveis da Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo – CJU/SP para uma lista de objetos abrangidos por disposições normativas de caráter ambiental, com acesso no endereço eletrônico: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/138067](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/138067).

14.3 Uma vez exigido qualquer requisito ambiental na especificação do objeto, deve ser prevista a forma de comprovação de seu respectivo cumprimento na fase de aceitação da proposta, por meio da apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por outro meio de prova que ateste que o bem fornecido atende às exigências (§ 1º do art. 5º da citada Instrução Normativa).

14.4 A preferência para os materiais que adotarem critérios de sustentabilidade ambiental embasa – se por força normativa prevista no Artigo 225 c/c com o art. 23, VI e 170, VI da CFB/88, bem como tais critérios estarem pautadas no Protocolo de Montreal do qual o Brasil é parte e que enseja embasamento do art. 4º do Decreto nº7.746/2012.

15. DA AMOSTRAGEM DE PRODUTOS

15.1 Poderá ser exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostra(s) do(s) item(ns) adjudicados, para a verificação da qualidade e compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta, no local e prazo indicado no edital e neste termo.

15.2 A exigência de amostra é admissível, mesmo no pregão eletrônico, somente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar. Observar, no entanto, que não se deve exigí-la quando o objeto licitatório for de porte considerável, implicando em grandes custos ao licitante para envio à Administração (como nos casos de mesas, armários, maquinário, grandes volumes de materiais de expediente). Nesses casos, a Administração poderá substituir o envio de amostras por diligências a serem realizadas no local, ou outros meios idôneos.

15.3 Poderá a Administração permitir ao licitante que envie fotos, vídeos ou mesmo que indique também o local onde se encontram as amostras ou protótipos exigidos para avaliação pelos responsáveis pela licitação.

15.4 A apresentação de amostras ou protótipos, não constituirá condição de habilitação dos licitantes, limitando-se ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar. Caso não seja aceito o material entregue para análise, deve ser exigido do segundo e assim sucessivamente até ser classificada empresa que atenda plenamente as exigências do ato convocatório.

15.5 Na hipótese de exigência de apresentação de amostra, o licitante que não cumpri-la no prazo estabelecido ou, caso permitido, não indicar o local onde se encontre o produto, poderá ter a cotação desconsiderada para efeito de julgamento, na forma previamente estabelecida no ato convocatório.

16. PERÍODO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

16.1 A vigência da ATA de Sistema de Registro de Preço oriundo deste Termo de Referência não poderá ser superior a 1 (um) ano de acordo com o art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e art. 12 do Decreto nº 7.892/2013.

16.2 A vigência da ata será independente da vigência dos contratos dela decorrentes, sendo assim, os contratos decorrentes da ata terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93 (art. 12º, § 2º do Decreto federal nº 7.892/2013).

16.3 O prazo de eficácia dos contratos que eventualmente venham a se firmar com a (s) empresa (s) com preços registrados na ATA de SRP oriunda do presente Termo de Referência, poderão vir a ter sua vigência com prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

16.4 Os prazos acima referidos terão início e vencimento em dia de expediente, excluído o primeiro e incluído o último dia, e terá validade e eficácia legal após assinatura da ATA e/ou Contrato que serão obrigatoriamente publicados no Diário Oficial da União em observância ao Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

16.5 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, consoante § 1º do art. 12 do Decreto nº 7.892/2013.

17. DO CADASTRO DE RESERVA

17.1 De acordo com o contido no art. 11 do Decreto nº 7.892/2013, após a homologação da licitação, será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem fornecer os objetos da ATA com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

17.2 A apresentação dessas novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

17.3 O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

17.4 A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata será respeitada nas contratações e devem ser registrados na seguinte ordem:

- Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva.
- Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.
- Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do § 2º do art. 11 do Decreto nº 7.892/2013, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

17.5 O registro de mais de um fornecedor tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de exclusão do primeiro colocado da ARP, nas hipóteses previstas no Capítulo VIII – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS, do Decreto nº 7.892/2013.

18. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

18.2 De acordo com o art. 22, § 9º do Decreto nº 7.892, de 2013 é permitida a adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais.

18.3 3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e/ou órgãos participantes.

18.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

18.5 As adesões à (s) ata (s) de registro de preços oriunda (s) dos objetos deste Termo de Referência serão limitadas, na totalidade, ao máximo o quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

18.6 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

18.7 Após a autorização do órgão gerenciador e do Fornecedor, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19. DO CONTRATO

19.1 O instrumento contratual quando não firmado poderá ser substituído pela nota de empenho no valor total da obrigação de pagamento para com a empresa que fornecer os objetos da ATA de Registro de Preço aqui proposto, nos termos do artigo 62, Caput, § 4º da Lei 8.666/93 e Parecer SEORI/AUDIN-MPU Nº 694/2014.

19.2 Para os objetos que resultem em contratos formais, a PR-RR formalizará junto a empresa fornecedora, TERMO DE CONTRATO que será devidamente assinado pelas partes e publicado no D. O. U. nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei 8.666/93.

19.3 Os preços registrados em ATA podem ser alterados nos termos do art. 17 do Decreto nº 7.892/2013 que estabelece que os preços registrados podem ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/1993. sendo que os arts. 18 e 19 do Decreto nº 7.892/2013 tratam, respectivamente, das hipóteses em que o preço registrado torna-se superior e inferior ao preço praticado no mercado.

20. JUSTIFICATIVA DO REGISTRO DE PREÇO E DAS FUTURAS AQUISIÇÕES

20.1 Considerando a estrita observância ao Princípio da Anualidade em consonância ao Artigo 167, II da CF/88 e do disposto no Artigo 34 da Lei 4.320/64, a aquisição dos materiais previstos neste Termo de Referência, a ser realizada pela PR/RR se dará conforme margem positiva de descentralização de recurso orçamentário durante a vigência da ATA de SRP.

20.2 Considerando que é conveniente à Administração Pública Federal, no caso em tela, realizar o devido procedimento licitatório com registro de preços de forma a provisionar a demanda de atendimento ao MPF em Roraima, sem adentrar no mérito obrigacional de aquisição de todo os materiais, tendo em vista que o Sistema de Registro de Preços – SRP, permite significativa redução de custos operacionais e otimização dos processos de contratação de bens e serviços pela Administração Pública e deve ser adotado preferencialmente quando:

- Pelas características do bem ou serviço houver necessidade de contratações frequentes;
- Pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;
- For mais conveniente à aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de bens e serviços necessários a Administração para o desempenho das atribuições; e
- For vantajosa a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou a programas de governo.

20.3 Considerando que a quantidade estimada a ser registrado em ATA, não vinculará a obrigatoriedade da Procuradoria da República no Estado de Roraima em custear e consumir a totalidade dos mesmos, em face de supremacia do interesse público sobre o particular e da segurança jurídica de ordem econômica da administração e da LDO e PPA do MPF, vinculado às descentralizações de recurso do MPU, bem como as disposições previstas no Decreto nº 7.892/2013 (SRP).

20.4 Considerando que a (s) ATA (S) de SRP oriunda (s) do presente Termo de Referência evitará dispensas de licitações pro-

venientes de urgências no atendimento dos interesses tutelados ao MPF, bem como garantirá celeridade e eficiência no atendimento das demandas de manutenção das atividades-meio e fim da unidade e redução com custos de novas licitações.

20.5 Considerando que a PR-RR necessita realizar aquisições de variados bens e equipamentos a fim de condicionar o adequado meio ambiente laboral de seus Membros e Servidores (NR 24), em especial após a reforma da atual unidade e seus anexos agora agregados ao prédio sede, dos quais contemplam novas salas, nova copa, sala de arquivo, depósitos substitutivos da casa depósito objeto do agora extinto contrato de aluguel da PRRR, novo auditório e nova biblioteca, dos quais requerem investimentos com mobiliários, equipamentos e em parte a padronização de móveis e cadeiras;

20.6 Considerando que é necessário lapidar e polir cada vez mais a imagem institucional do Ministério Público Federal para com a sociedade e a nível internacional;

20.7 Considerando que os materiais aqui descritos são necessários ao Ministério Público Federal para atingimento de Planejamento Estratégico e atendimento de suas demandas constitucionalmente revestidas;

20.8 Considerando que havendo a concretização do citado aqui, é certo o prejuízo no atendimento público de cunho constitucionalmente tutelado ao Ministério Público Federal;

20.9 Considerando que o pretendido está de acordo com o que preceitua o Artigo 38 da Lei 8.666/93, no que concerne nos procedimentos administrativos, do devido processo legal e da previsão estimativa de recursos orçamentários próprios para a sua realização;

20.10 Considerando que são peculiaridades do sistema de registro de preços:

- a) Que a contratação somente ocorre se houver interesse do órgão/entidade;
- b) Que compromete o licitante a manter, durante o prazo de validade do registro, o preço registrado e a disponibilidade do produto, nos quantitativos máximos licitados;
- c) Que há possibilidade de uso poli contratual, isto é, possibilidade de contratações tanto se utilizando do termo de contrato formal quanto do uso de instrumento equivalente nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93;
- d) Que observado o prazo de validade da ATA de registro de preços e os quantitativos máximos previamente indicados na licitação, a Administração poderá realizar tantas contratações quantas se fizerem necessária;
- e) **Que a Licitação para o SRP pode ser realizada independentemente de dotação orçamentária, pois não há obrigatoriedade e dever de contratar;**
- f) Que demonstrada a ocorrência de fato superveniente, capaz de impedir o cumprimento do compromisso assumido, pode ser solicitado cancelamento de registro da empresa licitante.

21. DO FUNDAMENTO LEGAL

21.1 A pretendida licitação para registro de preços dos materiais descritos neste Termo de Referência, dos quais serão fornecidos por pessoa jurídica devidamente constituída nos termos das Leis Brasileiras e/ou estrangeiras enquadra – se devidamente como aquisições de bens comuns, para fins do disposto no § 1º do Artigo 2º do Decreto nº 5.450/2005 e parágrafo único do art. 1º, da Lei no 10.520/2002.

21.2 O fundamento legal do pretendido Registro de Preços, vincula-se à Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014, Instrução Normativa STLI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, Lei nº. 8.666, de 21 de julho de 1993 e suas posteriores alterações; Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 5.450/2005, no Decreto nº 5.504/2005, Decreto nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, Decreto nº 8.250 de 23 de maio de 2014 e normas contidas na Lei 8.078/90 com nexo de aplicabilidade do Código Civil e Código Penal face a Teoria do Diálogo das Fontes em garantia a Supremacia do Interesse Público e de sua indisponibilidade.

22. DA ANÁLISE JURÍDICA

22.1 Todos os procedimentos oriundos do presente Termo de Referência serão examinados e aprovados pela Assessoria Jurídica Competente da PR-RR, consoante artigo 114, III da Portaria PGR nº 591/2008 combinada com o parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e em observância aos diversos entendimentos do STF e TCU.

23. DA GESTÃO – ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DA ATA DE SRP E DOS CONTRATOS

23.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em processo ou registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

23.2 A fiscalização da execução contratual deve ser realizada na forma da Portaria SG/MPF nº 110/2015 e nos Termos do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do MPF, (cópia digital para download dos fiscais em: <http://intranet.mpf.mp.br/areas-tematicas/administrativas/administracao/publicacoes/manual-de-gestao-e-fiscalizacao-de-contratos>)

23.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada/Fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.4 A Gestão da ATA do Registro de Preço a ser firmar com base neste Termo de Referência se dará na forma do Portaria SG/MPF nº 382/2015 (Artigo 104, IX), bem como o acompanhamento e a fiscalização da execução de seu objeto consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos objetos e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações das partes, e será realizado por representante da Procuradoria da República em Roraima, especialmente designado.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA

24.1 Observar as Leis, Decretos, Portarias, Normas Federais, Distritais, Regulamentos, Resoluções e Instruções Normativas aprovadas no âmbito da PR-RR, direta ou indiretamente aplicáveis aos objetos deste Termo de Referência, inclusive por suas subcontratadas, fornecedores e empregados; sendo que, durante o fornecimento e instalação dos objetos deste termo, a empresa adjudicada deverá efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre os objetos deste TERMO DE REFERÊNCIA, até o fornecimento definitivo dos objetos;

24.2 Disponibilizar número de **telefone móvel** que permita contato imediato entre a PR-RR e o representante da empresa FORNECEDORA, **NÃO DISPONIBILIZAR SOMENTE O TELEFONE COMERCIAL.**

24.3 Empregar, no fornecimento, entrega ou instalação/montagem do objeto deste Termo de Referência, material e pessoal de qualidade e devidamente qualificado, a fim de evitar vícios sanáveis e insanáveis.

24.4 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que seus empregados venham a serem vítimas quando na entrega do objeto deste Termo de Referência, por tudo quanto as Leis Trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades da empresa, motivo que cabe ao representante da empresa verificar e acompanhar seus empregados na entrega dos objetos deste Termo.

24.5 Responder por perdas ou danos que vier sofrer a PR-RR ou terceiros, em razão de sua eventual ação ou omissão dolosa ou culposa ou de seus atos e empregados, quando na entrega dos objetos deste Termo de Referência, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita em Lei.

24.6 Os empregados da empresa não terão nenhum vínculo com a PR-RR, ficando sob a inteira responsabilidade da empresa FORNECEDORA, os pagamentos e os ônus relativos às taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, vale-transporte, vale-refeição e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes do fornecimento e entrega do objeto deste Termo de Referência.

24.7 Assumir a responsabilidade e adotar todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie aqui descrita for vítimas os seus empregados durante a entrega e/ou instalação do objeto deste Termo de Referência, ainda que acontecido nas dependências da PR-RR.

24.8 Comprometer-se em manter, durante o prazo de validade da ATA, os preços registrados nesta e a disponibilidade dos objetos previstos neste Termo de Referência, nos quantitativos máximos licitados.

24.9 Ter ciência da não obrigação do MPF em adquirir a totalidade dos objetos licitados.

24.10 Executar diretamente suas obrigações, **sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela PR-RR.**

24.11 Caso a empresa FORNECEDORA seja optante pelo Simples Nacional, a mesma deverá comprovar sua situação e apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes relativos a tributação das Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações da Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014.

24.12 Ter total observância ao disposto na Lei 12.846/2013.

24.13 Os critérios de recebimento dos objetos deste termo de referência será adotada da seguinte forma:

- **RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** Imediatamente após a entrega dos materiais previstos neste Termo à PR-RR/MPF;
- **RECEBIMENTO DEFINITIVO:** Em até 5 dias úteis após o recebimento provisório, para os itens que não exijam instalação/montagem. Para os demais, até 5 dias úteis após testes/instalação/montagem/uso a fim de comprovar que os materiais previstos neste Termo foram entregues de acordo com o edital de licitação e proposta da empresa Fornecedora/Contratada, ocasião em que a PR-RR verificará se os mesmos foram devidamente entregues em quantidade, qualidade, garantia, marca e valor contratado e constatar que os mesmos não apresentam nenhum vício.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA PR-RR

25.1 Acompanhar a entrega dos objetos previstos neste Termo.

- 25.2** Designar servidor da PR-RR para acompanhar e atestar a entrega dos materiais para efeito de faturamento e pagamento junto ao Setor Financeiro – SEOF da PR-RR.
- 25.3** Exercer a Gestão da ATA de SRP por meio de servidor (es) especialmente Designado (s) para esse fim, procedendo ao atesto da respectiva fatura, com as ressalvas que se fizerem necessárias, e a emissão do Termo de Recebimento Provisório e, posteriormente, o Definitivo, em conformidade com o art. 73 da Lei nº 8.666/1993.
- 25.4** Designar um gestor da ATA de Sistema de Registro de Preço.
- 25.5** Indicar o local de descarregamento dos materiais e equipamentos.
- 25.6** Proporcionar todas as facilidades para que a proponente adjudicatária possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.
- 25.7** Efetuar o pagamento no prazo e as condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.
- 25.8** Solicitar à proponente adjudicatária todas as providências necessárias à boa execução do objeto deste Termo de Referência.
- 25.9** Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as devidas especificações.
- 25.10** Solicitar à proponente adjudicatária a troca dos objetos danificados ou que estiverem em desacordo com as respectivas especificações ou que tiverem qualidade inferior ao descrito na proposta da empresa.
- 25.11** Impedir que terceiros não autorizados executem/entreguem os objetos deste Termo de Referência.
- 25.12** Não permitir a entrega dos objetos em desacordo com as condições preestabelecidas neste Termo de Referência e na proposta.
- 25.13** Sugerir e aplicar à EMPRESA as penalidades legais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 25.14** Efetuar o pagamento no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para as compras até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), e até 15 (quinze) dias úteis para as compras acima desse valor, após o recebimento definitivo do objeto deste termo de referência, tendo-se a presunção de não haver erros de preenchimento e valores da Nota Fiscal/Fatura, que caso haja o tempo acima exposto contar-se-á a partir da correção devidamente realizada.
- 25.15** Verificar a regularidade da EMPRESA junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedora – SICAF e CADIN, antes de qualquer empenho e do cumprimento da obrigação;
- 25.15.1. Será consultado o SICAF para efeitos legais, mas será obrigatório nos casos de contratação e empenho, a comprovação das certidões de INSS e FGTS devidamente em dias para efeito do que determina o Artigo 195, §3º da Constituição Federal do Brasil de 1988.
- 25.16** Providenciar a publicação interna do extrato da Ata de Registro de Preço ou Contrato nos termos do Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

26. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

- 26.1** Sob o arcabouço jurídico será previsto no contrato cláusula de cunho administrativo e civil abrangendo penalidades compensatórias decorrentes de inadimplemento insuportável passível de rescisão contratual (parcial ou total), que terá seu limitador de obrigação contratual o Art. 86 da Lei de Licitações que reconhece o cabimento de multa contratual na hipótese de atraso no cumprimento das obrigações previamente estabelecidas.
- 26.2** É fundamental que se atenda que a finalidade da norma jurídica, definitivamente não é prejudicar a empresa a fornecer os objetos deste Termo de Referência, retirando a comutatividade da avença, muito menos captar proveitos econômicos ao Poder Público, e sim reprimir a mora contratual com percentuais de multa razoáveis e proporcionais ao inadimplemento verificado.
- 26.3** Será observada a lesão causada ao ente público, com grau de culpa ou dolo na conduta da empresa FORNECEDORA ou CONTRATADA e, principalmente, a lesão do interesse público envolvido, a fim de dosar a sanção a ser estipulada, adequando-a a finalidade da norma e cumprindo os preceitos legais.
- 26.4** A limitação do percentual da penalidade moratória é respaldada no Código Civil vigente e na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, do qual permite à aplicação de multas, buscando tornar justa e adequada a aplicação das penalidades contratuais.
- 26.5** Além dos diplomas legais citados acima, acrescenta-se as disposições contidas no Código Civil, que, por força do art. 54 da Lei de Licitações, se aplicam subsidiariamente aos contratos administrativos. Dentre elas, destaca-se o art. 413 cuja redação é clara no sentido de permitir a redução da penalidade, caso seja excessiva ou a obrigação principal tiver sido cumprida em parte.
- 26.6** As penalidades serão aplicadas em conformidade com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, inerentes à Administração Pública ou ao ente Privado, buscando seu único fim, qual seja, ressarcir o atraso causado e/ou prejuízos à Administração Pública, conforme a própria nomenclatura dada à penalidade moratória, QUE DECORRE DE MORA – ATRASO, completamente diferente dos casos de infração contratual que acarretam na rescisão por inexecução parcial ou total do Contrato, em que se aplica apenas a hipótese da penalidade penal (compensatória).
- 26.7** **Fundamentado no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de lici-**

tar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MPF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado anual da contratação, a empresa que:

- a) Não assinar o contrato ou ATA de Registro de Preço, tendo sido convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato ou ATA;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Realizar declarações falsas;
- h) Cometer fraude fiscal.

26.8 Fundamentado nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado na execução do objeto deste termo, assim considerado pela Administração, que enseje inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto sobre o valor total da obrigação (que poderá ser substituído por ressarcimento ao dano), referente ao fornecimento dos objetos deste termo, aplicadas de acordo com a respectiva obrigação, limitada a incidência a 5 (cinco) dias;
- c) Multa moratória de 2% (dois por cento) acrescido de 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, contados a partir do sexto dia, na entrega do objeto sobre o valor total da obrigação referente ao objeto solicitado de acordo com a respectiva obrigação/empenho, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior, limitada a incidência a 45 (quarenta e cinco) dias. Após o quinto dia de atraso e a critério da Administração poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d) Após 45 (quarenta e cinco) dias de atraso, será aplicada, a título de multa punitiva, a penalidade cabível a Infração de Grau 2, conforme Tabela 2 – Grau das Infrações/Dosimetria, por dia de atraso, sendo limitada a 50% (cinquenta por cento) do valor da obrigação.

26.9 A inexecução total da obrigação aqui assumida incidirá na rescisão unilateral da avença e em multa punitiva de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor adjudicado, correspondente ao valor global do respectivo contrato, Ata ou empenho, para cobrir as perdas e danos causados à Administração e o custo do certame licitatório realizado, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002.

26.10 Sofrerá a fornecedora a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o MPF, se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

- a) **Por 6 (seis) meses:** Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para PR-RR e/ou Execução insatisfatória do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência e multa;
- b) **Por 2 (dois) anos:** Não conclusão dos serviços ou entrega dos materiais contratados; Prestação do serviço em desacordo com as solicitações da PR-RR, não efetuando sua correção após solicitação da mesma; Cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao MPF/PR-RR, ensejando a rescisão do contrato por culpa da EMPRESA; Apresentação, a PR-RR, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação; Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do MPF após a assinatura da ATA ou do contrato.

26.11 Será declarada a inidoneidade da fornecedora quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo ao MPF, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo a unidade da PR-RR ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da Contratada de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o poder público, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução dos objetos deste Termo de Referência, sem consentimento prévio da PR-RR.

26.12 As multas porventura aplicadas a empresa FORNECEDORA ou CONTRATADA poderão ser descontadas da garantia quando houver ou dos pagamentos devidos pela PR/RR por meio de glosas aplicadas com o devido direito de contraditório ou cobradas diretamente da mesma, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste termo.

26.13 As sanções aqui previstas serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação será precedida ante a concessão de oportunidade da empresa FORNECEDORA ou CONTRATADA em exercer o direito de contraditório e da ampla defesa na forma

da lei.

26.14 Entre outras sanções, poderão ser aplicadas multas administrativas pela PR-RR, quando a CONTRATADA cometer algumas das infrações descritas na Tabela 1 abaixo, tendo como registro os graus relativos a cada ato que enseje penalidade conforme Tabela 2:

Tabela 1 – Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não disponibilizar contatos de telefone ou correio eletrônico dos representantes legais da empresa.	1	Por necessidade a ser realizada por meio de notificação formal.
2	Entregar materiais e equipamentos diverso da proposta sem a devida justificativa.	1	Por objeto
3	Tratar de modo rústico ou ofensivo qualquer representante legal da PR-RR em função de cobranças de entrega ou prestação de informações de cunho administrativo relacionado às obrigações junto ao MPF.	1	Por ocorrência
4	Deixar de atualizar as obrigações tributárias, previdenciárias, sociais e trabalhistas junto ao SICAF à época da obrigação, impossibilitando assim empenhos e/ou pagamentos por parte do MPF.	1	Por certidão não regular
5	Deixar de ter registro na linha de fornecimento do fornecedor inscrito no SICAF e Junta Comercial os objetos deste termo de referência.	2	Por linha de fornecimento
6	Entregar bens com garantia inferior ao mínimo requerido neste termo de referência.	3	Por objeto
7	Deixar de entregar contrato assinado ou ata de registro de preços originais à PR-RR por prazo superior a 20 dias.	4	Por instrumento hábil de contrato ou ATA.
8	Entregar materiais de qualidade danosa à Administração Pública.	5	Por objeto
9	Deixar de assinar contrato ou ATA de SRP junto a PR-RR/MPF.	6	Por dia limitado a 5 dias

Tabela 2 – Grau das Infrações/Dosimetria

Grau da Infração	Penalidade
1	Advertência
2	Advertência e Multa de R\$ 50,00
3	Advertência e Multa de R\$ 100,00
4	Advertência e Multa de R\$ 200,00
5	Advertência e Multa de R\$ 300,00
6	Advertência e Multa de R\$ 500,00

26.15 A reincidência de infrações de mesmo grau poderá incidir em penalidades de infração de grau superior, conforme quantitativo informado na Tabela 3:

Tabela 3 – Tabela de Reincidências

Grau da infração	Quantidade de infrações para incidir no grau:					
	1	2	3	4	5	6
1	Até 4	5 a 8	9 a 16	17 a 32	33 a 64	Mais de 64
2	-	Até 4	5 a 8	9 a 16	17 a 32	Mais de 32
3	-	-	Até 4	5 a 8	9 a 16	Mais de 16
4	-	-	-	Até 4	5 a 8	Mais de 9
5	-	-	-	-	Até 4	Mais de 4
6	-	-	-	-	-	A partir de 1

Observação:

- A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA acompanhada das demais sanções.
- O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.
- Se o valor a ser pago à CONTRATANTE não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver.
- Se inexistente a garantia ou o seu valor for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devi-

da, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial que será precedido do devido processo legal e do direito de ampla defesa e contraditório da CONTRATADA.

V. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa ou providências de cobrança extrajudicial junto à AGU.

VI. Os casos não elencados serão apreciados na devida instauração do Procedimento Administrativo.

VII. A todas as penalidades expressas neste Termo de Referência será respeitado o direito de ampla defesa e contraditório da Fornecedor/Contratada.

VIII. Caberá ao ordenador de despesas, nos autos do processo de apuração de infração contratual, observando as circunstâncias do caso concreto, aos antecedentes, aos motivos e a conduta da CONTRATADA, decidir pela redução ou extinção das sanções e penalidades previstas neste Termo, conforme julgue necessário e suficiente para a reprovação e prevenção das infrações previstas.

27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 Ficará eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da 1ª Região do estado de Roraima, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiados que sejam para dirimir quaisquer questões oriundas do presente termo de referência e das ATAS de RP e Contratos que deve se firmarem com resultado de sessão pública de licitação, vinculado ao compromisso conscientemente firmado entre as partes envolvidas, salvo nos casos previstos no art. 109, inciso I, da Constituição Federal, combinado com os arts. 62 e 63 do Código de Processo Civil de 2015.

27.2 São partes integrantes deste Termo de Referência e harmônicas entre si:

- a) O Edital do Pregão resultante deste termo;
- b) A (s) ATA (s) de Registro de Preço resultante deste termo;
- c) O (s) Contrato (s) resultante deste termo;
- d) As notas de empenhos vinculadas aos objetos deste termo.

27.3 A abstenção eventual de qualquer das partes, no uso de qualquer das faculdades às mesmas concedidas nas possíveis e futuras contratações, não implicará em renúncia à utilização de tal faculdade.

27.4 A licitante vencedora arcará com todos os ônus necessários à completa execução no fornecimento dos objetos de que trata o presente Termo de Referência.

27.5 A Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria da República no Estado de Roraima lançará edital com data e hora de realização do certame na modalidade Pregão na forma eletrônica com Sistema de Registro de Preços, dos objetos a serem licitados com base no presente Termo de Referência, acrescentando demais condições e elementos complementares para o certame que será publicado no Diário Oficial da União e colocado à disposição dos interessados no site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

28. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

28.1 Joel de Oliveira Melo – Matrícula 27860-2 – Técnico do MPU/Administração

29. SUGESTÃO PARA FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

29.1 Conforme definido pela Portaria SE/PRRR nº 006, de 11 de março de 2016, nos termos do Art.67, Lei 8.666/1993.

06 de fevereiro de 2018.

Encaminhe-se ao Secretário Estadual para análise e aprovação do presente Termo.

(assinado digitalmente)
JOEL DE OLIVEIRA MELO
Chefe Substituto da SECGC/CA

(assinado digitalmente)
ALEXANDRE ALMEIDA DE OLIVEIRA
Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicação

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 04/2018/PR-RR/MPF**ANEXO I – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2018**

A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA/MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PR-RR/MPF, com sede na Rua General Penha Brasil, nº 1255, Bairro São Francisco, na cidade de Boa Vista – Roraima, inscrito no CNPJ sob o nº 26.989.715/0027-41, neste ato representado pelo Secretário Estadual, **IGOR JOSÉ BARBOSA DUARTE LOPES**, nomeado pela Portaria nº 122 de 05 de dezembro de 2013, inscrito no CPF sob o nº 510.251.242-00, portador da Carteira de Identidade nº 147.738 SSP/RR, considerando o julgamento da licitação de Pregão Eletrônico 02/2018, no Sistema de Registro de Preços, publicada no Diário Oficial da União em xx de xxxxxxxx de 2018, Seção 3, processo administrativo N.º 1.32.000.000 ___/2018- __, **RE-SOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital ___/2018 e seus anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição dos objetos abaixo listados, conforme Edital de *Pregão* SRP nº ___/2018 e seus anexos, o qual é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2 Na vigência da Ata de Registro de Preços, no caso de descontinuidade da fabricação do(s) objeto(s) da licitação, o contratado se obriga a fornecer o objeto que vier substituí-lo, mantidas as condições técnicas e comerciais ofertadas.

1.3 O preço registrado, as especificações do objeto, a marca/modelo, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

TODOS OS DADOS DO FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO, CONTATOS, E-MAIL)						
Item T.R.	OBJETO	MARCA MODELO	U. M.	QUANT.	VALOR UNITÁ- RIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DA ATA: R\$						
OBSERVAÇÕES: (GARANTIA, PRAZOS ETC)						

2 – VALIDADE DA ATA

2.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

3 – REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

3.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.3 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.3.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.4.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e com provantes apresentados; e

3.4.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.5 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6 O registro do fornecedor será cancelado quando:

3.6.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

3.6.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

3.6.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.6.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.7 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos **itens 3.6.1, 3.6.2 e 3.6.4** será formalizado por despacho do Secretário Estadual da PR-RR, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.8 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

3.8.1 por razão de interesse público; ou

3.8.2 a pedido do fornecedor.

4 – DO CADASTRO DE RESERVA DA ATA

4.1 Fica(m) registrado(s) ainda neste instrumento, nos termos do artigo 11, do Decreto 7.892/13, o(s) fornecedor(es) abaixo elencado(s), que aceita(ram) cotar o fornecimento dos bens com preço igual ao do(s) vencedor(es) da licitação no item/grupo respectivo, classificado(s) segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, para efeito de **CADASTRO DE RESERVA**, no caso de exclusão do primeiro colocado desta Ata:

ITEM	FORNECEDOR	CLASSIFICAÇÃO
1	FULANO LTDA	1º
	CICLANO LTDA	2º
	BELTRANO LTDA	3º
2	BELTRANO LTDA	1º
	CICLANO LTDA	2º

5 – CONDIÇÕES GERAIS

5.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico SRP 02/2018.

5.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.3 **Será admitida adesão a esta Ata de Registro de Preços, conforme tópico XIX – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do Edital do Pregão Eletrônico SRP ____/2018.**

5.4 Os pedidos de adesões e respectivos expedientes oficiais deverão ser encaminhados ao Secretário Estadual da PR/RR, autoridade responsável por aprovar ou reprovar tais pedidos, através do e-mail prrr-contratos@mpf.mp.br e/ou nazareno@mpf.mp.br. O gerente de Registro de Preços, telefone: 95 3198-2025, é o responsável pelo recebimento e tramitação dos pedidos de adesões.

5.4 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, as partes se comprometem a cumpri-la.

Boa Vista-RR, ____ de _____ de 2018.

Igor José Barbosa Duarte Lopes

Secretário Estadual

CPF: _____

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DE RORAIMA

Nome

Cargo

CPF: _____

RAZÃO SOCIAL

CNPJ: 26.989.715/0027-41

CNPJ: _____

Nazareno Nunes Rodrigues
Gerente de Registro de Preços
CPF: _____
PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DE RORAIMA
CNPJ: 26.989.715/0027-41

TESTEMUNHAS:

[nome]
CPF: _____

[nome]
CPF: _____



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 04/2018/PR-RR/MPF**ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO Nº/201_

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
E _____, QUE ENTRE SI CELE-
BRAM A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTA-
DO DE RORAIMA E A EMPRESA
.....

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA (PR-RR)**, situada na Rua General Penha Brasil, 1255, bairro São Francisco, em Boa Vista – RR, CEP 69305-130, telefone (95) 3198-2000, representada neste ato pelo seu Secretário Estadual, senhor **[.....nome.....]**, **[.....nacionalidade.....]**, **[.....estado civil.....]**, **[.....profissão.....]**, portador da Carteira e Identidade nº, SESP/....., e do CPF nº, residente e domiciliado [no(a)endereço completo.....], no exercício da competência que lhe foi atribuída pelo artigo _____, _____, do Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 382, de ____/2015 e em ato delegatório por meio da Portaria PR-RR nº ____ de ____/2015, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE,

e a empresa

[.....NOME DA EMPRESA.....], nome de fantasia “[.....]”, estabelecida à [.....endereço completo, incluindo município, UF e CEP.....], telefone (.....), neste ato representada pelo[a] seu[sua] [.....cargo.....], senhor[a] **[.....nome.....]**, **[.....nacionalidade.....]**, **[.....estado civil.....]**, **[.....profissão.....]**, portador da Carteira e Identidade nº, SESP/....., e do CPF nº, residente e domiciliado [no(a)endereço completo.....], e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA,

tendo em vista o contido no Processo nº 1.32.000._____/2018 - ____, referente ao **Pregão Eletrônico nº...../.....** da PR-RR, doravante referenciado simplesmente por LICITAÇÃO, do qual resultou a **Ata de Registro de Preços nº...../.....**, doravante referenciada simplesmente por ATA, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, I.N. SLTI/MPOG nº 2/2008, alterada, e ainda, as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, atualizada, têm, entre si, justo e avençado, e celebram o presente **CONTRATO** para fornecimento de _____, à CONTRATANTE, no regime de empreitada por preço unitário, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª: DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento, à CONTRANTE, dos seguintes materiais de consumo:

Item na ATA	Descrição resumida	Marca (se exigida no edital)	U.M	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)

CLÁUSULA 2ª: DA DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS

Os produtos de que tratam o presente contrato consistem nos materiais de consumo especificados no tópico 2 do termo de referência que constitui o Anexo I do edital da LICITAÇÃO.

CLÁUSULA 3ª: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como, às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados constantes do processo nº 1.32.000.00_____/2018-____ e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariem:

I – edital de pregão nº/....., incluindo seus anexos;

II – proposta final firmada pela CONTRATADA em/...../....., contendo o valor global dos serviços a serem executados;

III – Ata de Registro de Preços nº/..... do(a)

CLÁUSULA 4ª: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga às incumbências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência da LICITAÇÃO, nos termos da lei e do presente contrato.

CLÁUSULA 5ª: DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga às incumbências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência da LICITAÇÃO e nos termos da lei e do presente contrato.

CLÁUSULA 6ª: DO PREÇO

O preço total do fornecimento ora contratado é de R\$.....,.....
(.....).

CLÁUSULA 7ª: DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos produtos efetivamente entregues, no limite da importância do preço global estabelecido na Cláusula anterior, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da entrega da nota fiscal pertinente devidamente atestada por definitivo, por meio de ordem bancária para depósito em conta-corrente da CONTRATADA, condicionado pagamento integral ao prévio atesto, pelo Gestor do Contrato, da completa e correta execução do fornecimento, em relação ao estabelecido no termo de referência da LICITAÇÃO e no presente contrato.

§ 1º – A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento do mês anterior, endereçadas a Procuradoria da República no Estado de Roraima, situado na Rua General Penha Brasil, nº 1255, bairro São Francisco, Boa Vista – RR, CEP 69.305-130, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada das seguintes comprovantes:

- a) regularidade junto ao INSS-CND;
- b) regularidade junto ao FGTS-CRF;
- c) Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais da SRF;
- d) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União;
- e) Certidão Negativa das Fazendas Estadual e Municipal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

§ 2º – A nota fiscal/fatura emitida deverá conter as seguintes informações:

- a) Descrição, valor unitário, valor total, quantidade e marca do objeto/material fornecido;
- b) Número da nota de empenho que originou a obrigação;
- c) Ordem de pedido ou E-mail formal do Fiscal de Contrato solicitando a demanda.

§ 3º – A nota fiscal/fatura não deverá conter arredondamentos de valores. Quando o resultado da operação final apresentar 3 (três) casas decimais ou mais, deverão ser eliminadas as casas decimais a partir da terceira, considerando para valores em centavos, apenas as duas primeiras casas decimais.

§ 4º – Sobre o valor da nota fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas de tributos, nos termos da lei.

§ 5º – Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES” (Lei nº 9.317/1996), não serão feitas as retenções de que tratam as citadas instruções normativas, ficando a CONTRATADA, nesse caso, obrigada a apre-

sentar declaração, na forma do Anexo IV da IN SFR nº 1234/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

§ 6º – A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente a cada pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.

§ 7º – **Em caso de pendência/inadimplência em qualquer condições de habilitação ou de contratação expressa no Edital de Licitação e no presente contrato, caracterizara-se a inadimplência parcial ou total da CONTRATADA, que resultará em penalidade de advertência, multa e/ou rescisão contratual, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.**

§ 8º - **A inadimplência das condições acima expressa, não caracterizará impedimento no pagamento de obrigações já realizadas face a caracterização de enriquecimento ilícito, motivo que será cancelado de imediato qualquer empenho, benefícios, prestação ou fornecimento que venha a beneficiar a CONTRATADA, salvo as obrigações de execução fiscal, trabalhistas ou de multas legais previstas em lei, no presente contrato e/ou no edital de licitação, das quais poderão ser aplicadas judicial e extrajudicialmente ou administrativamente descontados em valores do faturamento devido à empresa CONTRATADA sem prejuízo de ações de reparação de dano ou aplicação da Lei 8.078/90 (Código do Consumidor), respeitando em todos os casos o direito de ampla defesa e contraditório em processo devidamente instruído pela PR-RR/MPF.**

§ 9º – No caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data de prazo final para pagamento, estabelecido nesta Cláusula, e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$E_M = I \times N \times V_P$$

onde:

E_M = Encargos moratórios;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

V_P = Valor da parcela a ser paga.

§ 10º – Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

CLÁUSULA 8ª – DA REPACTUAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

O valor do contrato não poderá ser repactuado.

CLÁUSULA 9ª – DO PRAZO DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de (.....) dias, de/...../..... até/...../....., compreendendo o prazo de entrega estabelecido no Termo de Referência e o prazo de recebimento e pagamento, sendo observado o período de garantia contra defeitos de fabricação (..... dias), e será eventualmente prorrogado por meio de apostila, na medida dos atrasos que houverem, por quaisquer motivos, em relação aos prazos aqui indicados, tendo em vista a cobertura temporal de tal garantia.

CLÁUSULA 10ª – DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$,..... (.....), no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste instrumento, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo ser renovado anualmente e complementado no caso de acréscimo previsto no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

§ 1º – A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA ou de seu preposto, ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

§ 2º – A autorização contida no parágrafo anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

§ 3º – A CONTRATADA se obriga a renovar, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela CONTRATANTE, a contar da notificação pertinente.

§ 4º – A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas, encargos previdenciários, trabalhistas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, na execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA 11ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste contrato correrão, neste exercício, à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, Ministério Público da União, na seguinte classificação orçamentária: Programa de Trabalho nº 089954 Plano Interno APAREMPF/MSAEST; Natureza de Despesa 4.4.90.52. Fonte 0100, e para o exercício seguinte, a execução será realizada com créditos próprios de igual natureza.

Parágrafo único – Para cobertura da despesa foi emitida Nota de Empenho nºNE....., de/...../....., no valor de R\$ (.....), à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

CLÁUSULA 12ª – DO RECURSO CONTRA ATO ADMINISTRATIVO

É admissível recurso aos atos da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da respectiva ciência, conforme o art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA 13ª – DAS PENALIDADES E RECURSOS

A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a serem aplicadas pela autoridade competente da CONTRATANTE, nos termos do tópico 13 do termo de referência da LICITAÇÃO, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à CONTRATADA e das cabíveis cominações legais.

§ 1º – Assegurada a prévia defesa, a CONTRATADA poderá ficar impedida de licitar e de contratar com a União e, se for o caso, ser descredenciada no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, se ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

§ 2º – Caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas, estará sujeita à multa estabelecida no tópico 13.2, “b3”, do termo de referência da LICITAÇÃO. Após o 7º (sétimo) dia de atraso injustificado, os serviços poderão, a critério da CONTRATANTE, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento.

§ 3º – Uma vez iniciada a execução dos serviços contratados, a sua prestação de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas poderá acarretar a aplicação das multas e demais sanções estabelecidas no tópico 13.2 do termo de referência da LICITAÇÃO.

§ 4º – No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro do prazo estabelecido no termo de referência do edital da LICITAÇÃO, a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.

§ 5º - Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas no parágrafo primeiro desta cláusula e nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

§ 6º – As sanções definidas no termo de referência do edital da LICITAÇÃO serão também aplicadas no caso das ocorrências enumeradas no artigo 88 da Lei nº 8.666/1993

§ 7º – Da eventual aplicação das penas definidas nesta Cláusula, poderá ser interposto recurso ou pedido de reconsideração, conforme o caso, nos termos do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA 14ª – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

§ 1º – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º – A rescisão do contrato poderá ser:

I – amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

II – determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, mediante notificação por meio de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato;

III – judicial, nos termos da legislação.

§ 3º – A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente da CONTRATANTE.

§ 4º – Em conformidade com o § 2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/1993, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados e que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I – devolução de garantia;

II – pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III – pagamento do custo de desmobilização.

§ 5º – A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

I – a execução da garantia contratual para ressarcimento, à CONTRATANTE, dos valores das multas que forem aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações que a ela forem devidas;

II – retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos que forem causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA 15ª – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá ser alterado, nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, por meio de termos aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

Parágrafo único – Nenhum crêscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no parágrafo primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA 16ª – DA PUBLICAÇÃO

Este contrato e seus eventuais aditivos somente terão eficácia jurídica após a publicação de seus respectivos extratos no Diário Oficial da União, em atendimento ao ditame expresso no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo único – Incumbe à CONTRATANTE, à sua conta e no prazo legal, a publicação dos extratos a que se refere esta cláusula.

CLÁUSULA 17ª – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Boa Vista – RR para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente, oriundas do cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.

São partes integrantes deste Contrato e harmônicas entre si:

a) O Edital do Pregão Eletrônico nº ____/20____ e seus anexos resultante deste termo;

b) A (s) ATA (s) de Registro de Preço, oriundas do Pregão Eletrônico nº ____/20____;

c) As notas de empenhos vinculadas aos objetos dos Termos oriundos do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/20____;

d) As propostas da (s) empresa (s) ganhadoras do certame oriunda (s) do Pregão Eletrônico nº ____/20____.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente CONTRATO, lavrado em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Boa Vista (RR), de de 201X

Pela CONTRANTE:

Pela CONTRATADA:

[Nome]
Secretário Estadual
PROCURADORIA DA REPÚBLICA / RR

[Nome]
[cargo / função]
[EMPRESA]

Testemunhas:

[nome]
CPF nº

[nome]
CPF nº

PREGÃO ELETRÔNICO SRP-CRF Nº 02/2018

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

Proposta Comercial	PREENCHA COM: <i>1 - Carimbo com CNPJ</i> <i>2 – Endereço completo da empresa com telefones e e-mail</i>
---------------------------	---

Ao

Ministério Público Federal - MPF

Procuradoria da República no Estado de Roraima

CNPJ: 26.989715/0027-41

Rua General Penha Brasil, nº 1255, São Francisco, cep 69305-130, Boa Vista – RR

Telefone: (95) 3198-2029 e-mail: prrr-cpl@mpf.mp.br

Item	Descrição	U.M	Qnt.	MARCA/ MODELO/ LINK	Vlr. Unt. R\$	Vlr. To- tal R\$
1	Alicate Voltímetro Amperímetro digital portátil, de acordo com a categoria II 600V de segurança, congelamento da leitura, Visor LCD. Realiza medidas de tensão DC e AC até 400V ou superior, corrente DC e corrente True RMS AC até 1000A ou superior, temperatura e resistência e testes de diodo e continuidade, abertura de garra mínima de 40mm. Modelo Referência: Marca: MINIPA modelo: ET-3388 ou similar	Und	2			
2	Rotulador eletrônico Portátil para identificação de cabos, pontos de rede, patch panel e tomadas etc., com 2 unidades de cartucho de fitas TZ 12mm na cor branca compatíveis com o equipamento. Especificação técnica : - compacto - Teclado alfa numérico e teclas posicionadas para fácil operação - Fonte de energia: pilha - Cartucho de fitas TZ intercambiáveis - Resolução de 180dpi - Imprime no mínimo em 02 linhas em fita de 12mm - Imprime em fitas de 06 a 12mm de largura - Imprime em símbolos e caracteres. - Imprime texto no mínimo em 2 fontes, 5 tamanhos 8 estilos e 3 larguras. - Repetição de impressão mínimo de 09 cópias. Modelo de Referência: Brother PT-H110 ou similar	Und	2			

3	Access Point Hardware: - Botões: Reset, Power On/Off - Tipo de Antena: 4dBi Omni Internos - Montagem: Montável em Teto/Parede - Trava de Segurança Física: Slot para Trava de Segurança - Watch Dog Interface: - 1 porta Gigabit Ethernet (RJ-45) - 1 porta IEEE802.3af PoE - 1 Porta Console Wireless: - Padrões Wireless: IEEE802.11a, IEEE 802.11n, IEEE 802.11g, IEEE 802.11b - Frequência: 2.4GHz e 5GHz Taxa de Sinal: - 11n: Até 600Mbps (dinâmico) - 11g: Até 54Mbps(dinâmico) - 11b: Até 11Mbps(dinâmico) Sensibilidade de recepção: 5GHz - 300M:-68dBm@10%PER - 150M:-72dBm@10%PER - 54M:-73dBm@10%PER 2.4GHz - 300M: -71dBm@10% PER - 150M: -75dBm@10% PER - 54M: -78dBm@10% PER - 11M: -93dBm@8% PER - 6M: -92dBm@10% PER - 1M: -96dBm@8% PER Potência de Transmissão: - FCC: <26dBm(2.4GHz) / <20dBm(5GHz) - CE: <20dBm Função Wireless: - SSIDs Múltiplos - Permite/Bloqueia o rádio Wireless - Atribuição Automática de Canal - Controle de Transmissão de Energia (Ajuste de Transmissão de Energia em dBm) - QoS(WMM)Limite de Taxa - Agendamento de Reinicialização - Agendamento Wireless - Estatísticas Wireless baseadas em SSID/AP/Client Modelo de Referência: TP-LINK EAP220 N600 ou similar	Und	10			
4	Pen Drive de 8 GB compatível com USB 2.0/3.0 – Memória flash removível, capacidade de 8 GB; USB 2.0 e 3.0; Compatível com Windows e Linux, expansão de memória do compu-	Und	40			

	tador, LED de sinalização e transferência de dados. Modelo de Referência: Sandisk SDCZ71-008G-B35 ou similar					
5	Headphone - Sistema acústico: fechado, resposta em frequência: 20 – 20.000 Hz, com microfone, almofadas auriculares com diâmetro mínimo de 7 cm. comprimento mínimo do cabo: 1,2 m, conexão por cabo: de dois lados, conector: 3,5 mm(computador). Modelo de referência: Edifier k800 ou similar	Und	40			
6	Cartucho de Fitas para backup LTO 3 – Tipo: Gravação de dados, Tecnologia LTO Ultrium 3, capacidade 400/800GB, durabilidade 1000000 leituras, tempo de armazenamento mínimo 30 Anos, Compatível com Tape Library IBM TS3100, cartuchos e etiquetas com código de barra autocolante para identificação, compatível com o modelo Sony LTX400G, Dell, Fujifilm, HP, IBM, ou similar	Und	30			
7	Cabo extensor USB 3.0 compatível com 2.0 Tamanho entre 50 cm a 1,5 metro, USB macho tipo A X USB fêmea tipo A; Modelo de Referência: Cabo Extensão SuperSpeed Usb 3.0 (cód. do produto 6599), ou similar.	Und	60			
8	Cabo de Rede UTP - Categoria 5E Cabo de 4 pares trançados compostos por condutores sólidos de cobre nu, 24AWG, isolados em polietileno de alta densidade. Capa externa em PVC não propagante a chama, com marcação seqüencial métrica, nas opções CM, CMR e LSZH. Marcação sequencial métrica decrescente (305m – 001m) na embalagem FASTBOX COR: Azul . Tamanho: 305m	Cx	3			
9	Cartucho de toner cor Preto 80X HP <i>LaserJet</i> Original ou compatível de primeiro uso, não remanufaturado, impressora HP MFP M425dn , com rendimento médio de 6.900 páginas. Referência CF280X.	Und	30			
10	Cartucho de toner, Original ou compatível, de primeiro uso, não remanufaturado, tinta preta HP 932 XL, para impressora HP A3 OfficeJet 7110, com rendimento médio de 1000 páginas. Referência CN053AL.	Und	15			
11	Cartucho de toner, Original ou compatível, de primeiro uso, não remanufaturado, tinta ciano HP 933 XL, para impressora HP A3 OfficeJet 7110, com rendimento médio para 825 páginas. Referência CN054AL.	Und	15			
12	Cartucho de toner, Original ou compatível, de	Und	15			

	primeiro uso, não remanufaturado, tinta magenta HP 933 XL, para impressora HP A3 OfficeJet 7110, com rendimento médio para 825 páginas. Referência CN055AL.					
13	Cartucho de toner, Original ou compatível, de primeiro uso, não remanufaturado, tinta amarelo HP 933 XL, para impressora HP A3 OfficeJet 7110, com rendimento médio para 825 páginas. Referência CN056AL.	Und	15			
14	Cartucho de toner cor preto HP 312X Original ou compatível de primeiro uso, não remanufaturado, impressora HP MFP M476dw , com rendimento médio de 4.400 páginas. Referência CF380X.	Und	10			
15	Cartucho de toner cor ciano HP 312A Original ou compatível de primeiro uso, não remanufaturado, impressora HP MFP M476dw , com rendimento médio de 2.700 páginas. Referência CF381A.	Und	10			
16	Cartucho de toner cor magenta HP 312A Original ou compatível de primeiro uso, não remanufaturado, impressora HP MFP M476dw , com rendimento médio de 2.700 páginas. Referência CF383A.	Und	10			
17	Cartucho de toner amarelo HP 312A Original ou compatível de primeiro uso, não remanufaturado, impressora HP MFP M476dw , com rendimento médio de 2.700 páginas. Referência CF382A.	Und	10			
18	Cartucho de Toner Original/Genuíno* OKI B431DN ref. 44917601 , cor preta, tipo cartucho original ou compatível, não remanufaturado, de primeiro uso, capacidade de impressão de mínima 11.000 páginas. * Impressora em garantia: Acórdão TCU 860/2011	Und	50			
19	Tambor Cilindro de Imagem Original/Genuíno* OKI B431DN ref. 44574301 , com rendimento aprox. 25.000 páginas à 5% de cobertura para impressora OKI Data B341DN+. * Impressora em garantia: Acórdão TCU 860/2011	Und	25			
20	Alicate Crimpador Alicate para Crimpar conector RJ45 e RJ11 , com cabo emborrachado ou PVC rígido, com opção de corte e desengape de cabo de Lan. Tamanho entre 7.5 a 8.5 (215mm) Modelo de Referência: Modelo Amp Uso Profissional HT-2810-R ou similar	Und	2			
21	Alicate Multifuncional decapagem de fios e	Und	2			

	cabos. Para corte e decapagem de fios, com cabo emborrachado ou PVC rígido, corpo em aço inoxidável. Modelo de Referência: Strong Iron HD-D1 ou similar					
22	Extensão De Tomadas Padrão ABNT NBR14136 2P+T - Com 5 tomadas e 3 pinos - Comprimento nominal do cabo de força: 5 metros - Corrente mínima: 10 A. Modelo de referência: Tramontina cod. 57504031 ou similar	Und	30			
23	Extensão De Tomadas Padrão ABNT NBR14136 2P+T - Com 5 tomadas 3 pinos. - Comprimento nominal do cabo de força: 3 metros - Corrente mínima: 10 A. Modelo de referência: Tramontina cod. 11149036 ou similar	Und	30			
24	Adaptador de Tomada 3 Pinos P/ Tomada Universal ABNT - NBR 14136 (novo/antigo) Entrada Plugue bipolar com contato de aterramento (2P+T) de acordo com a norma NBR14136 novo padrão brasileiro; Tensão: 110~220V; Corrente nominal: 10A; Haste: Ø 4mm. Saída Tomada bipolar com contato de aterramento (2P+T) conhecido como padrão universal (antigo); Tensão: 110~220V; Corrente nominal: 10A.	Und	30			
25	Adaptador de Tomada Universal P/ Tomada 3 Pinos ABNT - NBR 14136 (antigo/novo) Entrada Tomada bipolar com contato de aterramento (2P+T) conhecido como padrão universal (antigo); Tensão: 110~220V; Corrente nominal: 10A; Haste: Ø 4mm. Saída Plugue bipolar com contato de aterramento (2P+T) de acordo com a norma NBR14136 novo padrão brasileiro;	Und	30			

	Tensão: 110~220V; Corrente nominal: 10A.					
26	Bateria Selada para No-break de 12V/5Ah , com as seguintes características técnicas: voltagem nominal de 12 Volts; Descarga máxima de corrente em 5s: 50 ~ 75A; carga máxima 5Ah; conector A; resistência interna 0,020 ~ 0,033 Ohms; dimensões máximas 9/9/11 cm (Comp/Larg/Alt); Tensão de carga constante em standby 13,5 ~ 13,9V, ciclo 14,5 ~14,9V, corrente máxima inicial 1,5 A. Modelo de Referência: Bateria FirstPower 12V 5Ah (cód. do produto FP 1250), ou similar.	Und	50			
27	Bateria Selada para No-break 12V/7Ah com bateria recarregável de chumbo ácid. 12volts x 7 amperes para No-break com características de Vaso em ABS Terminal Fast Carga em tensão constante de 25°C Flutuação de 13,5 13,8V Cíclico de 14.1 -14,4V Corrente Inicial Máxima de 1,4A Dimensões: 10 x 15,1 x 6,5 cm com expectativa de vida útil de 3 (mínimo) a 5 (máximo) anos e garantia geral de no mínimo 1 ano.	Und	50			
		VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$				

Responsável pela assinatura do contrato: Nome completo: _____ Cargo: _____ CPF _____-_____ 	Dados Bancários: Banco: _____ Agência: _____ Conta-Corrente: _____
Validade da Proposta: 60 dias. 	Prazo de entrega:
Demais condições da proposta: 	

_____ cidade _____ - UF _____, _____ de _____ de 2018

Responsável pela assinatura da proposta: Assinatura e carimbo: _____ Nome: _____ Cargo: _____ CPF _____-_____
--

PREGÃO ELETRÔNICO SRP-CRF Nº 02/2018

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO - CNMP

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

IDENTIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: _____

Nº PREGÃO: **02/2018** CNPJ: _____

NOME DECLARANTE: _____

CPF: _____

CARGO: _____

DECLARO, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28.4.2009 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para fins de fornecimento do(s) objeto(s) deste certame junto à Procuradoria da República no Estado de Roraima, que:

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante do cargo de direção do Ministério Público da União e dos Estados, abaixo identificado(s):

Nome do membro ou servidor: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Boa Vista, RR, _____ de _____ de 2018.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP-CRF Nº 02/2018

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

Conforme ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO do Termo de Referência Nº 04/2018/PR-RR/MPF, Anexo I deste Edital.